

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

MOACIR JOSUÉ DIAS SOARES

**AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ATIVIDADE ESTRATÉGICA NA PROMOÇÃO
DO DIREITO HUMANO DE AMAR: UMA INSERÇÃO NA SETORIAL LGBT DO
MOVIMENTO *JUNTOS!***

Porto Alegre
2014

MOACIR JOSUÉ DIAS SOARES

**AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ATIVIDADE ESTRATÉGICA NA PROMOÇÃO
DO DIREITO HUMANO DE AMAR: UMA INSERÇÃO NA SETORIAL LGBT DO
MOVIMENTO *JUNTOS!***

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, pelo Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Famecos/PUCRS).

Orientadora: Profa. Dra. Neka Machado

Porto Alegre
2014

MOACIR JOSUÉ DIAS SOARES

**AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ATIVIDADE ESTRATÉGICA NA PROMOÇÃO
DO DIREITO HUMANO DE AMAR: UMA INSERÇÃO NA SETORIAL LGBT DO
MOVIMENTO *JUNTOS!***

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, pelo Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Famecos/PUCRS).

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neka Machado – PUCRS (Orientadora)

Profa. Me. Glafira Maria Furtado – PUCRS

Prof. Dr. Flávio Paim Falcetta – PUCRS

*Dedico este trabalho a todos e todas que acreditam que
uma humanidade melhor só será possível quando for
livre de todos os preconceitos.*

AGRADECIMENTOS

Cada vez que chego ao final de uma etapa da vida, me certifico ainda mais de que uma vitória nunca é conquistada sem a presença de pessoas especiais que me incentivam e que estão comigo nas horas boas e ruins. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Eva e Floriano, pelo companheirismo, amizade e amor incondicional ao longo de toda vida que só se reforçaram neste período e que são uma grande parte da motivação de escrever esta monografia.

Meu agradecimento também vai para os (as) “compas” do *Juntos Pelo Direito de Amar*, especialmente ao Lucas Boni Maróstica, por ter me apresentado a setorial e o *Juntos!* como um todo e pelo compartilhamento, por ocasião deste trabalho, de suas experiências de vida e de luta por uma sociedade mais justa, fraterna e livre de todos os preconceitos. Pelas reuniões e compartilhamentos, também cito aqui Welynton Ribeiro, Heyner Mercado, Betina D’Ávila, Mateus Espíndola e Ritchele Vergara. Este trabalho também é de vocês.

Minha menção também aos meus demais entrevistados, Leonardo Ferreira Mello Vaz e Vanessa Ourique Purper que, mesmo em diferentes áreas profissionais, fazem do seu trabalho a busca por uma sociedade melhor e mais igualitária. À Vanessa, agradeço também os ensinamentos e compartilhamentos durante nossos dois anos de convivência acadêmica na Famecos e que foram grande parte da inspiração para este trabalho. Também reitero minha gratidão aos quatro jovens ouvidos no grupo focal, pela divisão de suas experiências de vida.

Nestes quatro anos, foram fundamentais para meu crescimento profissional as pessoas com quem tive a oportunidade de trabalhar e, principalmente, de compartilhar experiências. Primeiramente, agradeço ao professor Antonio Hohlfeldt, pela confiança depositada neste estudante de Relações Públicas para cuidar do catálogo do Nupecc durante o ano de 2011. Na Prefeitura de Porto Alegre, foram fundamentais os aprendizados diários com profissionais e pessoas extraordinárias como Núbia Silveira e Fabiana Kloeckner, além da amizade e do carinho de sempre da querida Lelia Gasparini. Já na breve, porém intensa, passagem pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), meus agradecimentos especiais aos sempre parceiros Jeferson Souza, Marcelo

Germano, Denise Bonorino, Juliana Machado, Amanda Lange, Karen Custoroni e Lauren Caleffi.

Cito também os grandes amigos de tantos anos que quando decidi mudar de vida e reiniciar a vida acadêmica cursando Relações Públicas me apoiaram e se mantiveram ao meu lado, mesmo que alguns mais à distância: Gabriele Rodrigues de Moura, Vinícius Moser, Maitê Peixoto, Fernanda Nascimento, Michelle Ferraz, Roberta Prestes, André Vasconcellos, Mircele Dornelles Soares, Leonardo Cezarini, Carla Xavier e Jair Augustinho de Oliveira. Esta homenagem também se dirige aos professores Janete Silveira Abrão e Arnoldo Walter Doberstein, dois grandes referenciais de ética e caráter e que continuam na torcida por mim, mesmo eu não tendo seguido a carreira de historiador.

Nestes anos de Famecos, tive também a sorte de conhecer pessoas que, mais do que colegas, se tornaram amigos que quero ter comigo para o resto da minha vida, pessoas com as quais dividi as alegrias e as tristezas desse período e se tornaram parte da família que me foi permitido escolher: Márcio da Silva Oliveira, Ana Elba Peixoto de Abreu, Celina Souto Gomes, Bianca Pedroso, Cláudia Fernandes de Oliveira, Jeferson Kozenieski Couto, Uriel Ricachenevsky, Francisco Barros, Gabriela Sarmiento, Júlia Cláudio, Richard Wagner, Luiza Leal Vargas, Júlia Wilhelm, Telma Lambert, Carolina Etchichury Neves, Thamira Santana Mendina, Mayara Aloy, Alessandro Severo, Rodrigo Zotti Baseggio, Natália Ferreira, Letícia Paes, Stéfani Moura, Marta Capitão, Fábica Moura Silveira, Fernanda Furtado, Júlia Menezes, Felipe Henriqson, Rafael Lunardini, Guilherme Fernandes de Oliveira, João Paulo Wandscheer, Bruna Suptitz e Diego Amaral. Nesta segunda etapa de minha vida na PUCRS, também se tornaram novos e bons amigos o futuro administrador Alberto Peruzzo e os futuros psicólogos Ramiro Figueiredo Catelan e André Saggin. Também menciono aqui os novos e queridos amigos que conheci através do Márcio: Juliana Sot, Jéssica Pereira e Lucas Silva. A cada um (a) de vocês, meu muito obrigado por serem parte da minha vida.

Não poderia deixar de citar o corpo docente da Famecos que, por sua qualidade e diversidade, vem formando excelentes profissionais ao longo de vários anos. Início este agradecimento mencionando as professoras Glafira Maria Furtado e Denise Avancini Alves, dois referenciais de profissionalismo, elegância e, principalmente, de seres humanos. Também cito os mestres que, através das aulas e/ou de conversas pelos corredores e saguão da faculdade, muito contribuíram para

minha formação, tais como Ana Maria Walker Roig, Ana Cláudia Chagas Nascimento, Denise Pagnussatt, Cleusa Maria Andrade Scroferneker, Flávio Paim Falcetta, Nelson Costa Fossatti e Fabian Chelkanoff Thier. Expresso minha gratidão também à professora Ivone Maria Cassol, cujos conselhos e dicas na fase inicial do trabalho foram fundamentais para os rumos que ele tomou. Neste contexto, lembro com muito carinho das minhas grandes e queridas mestras de ontem, hoje e sempre Márcia Andréa Schmidt da Silva e Maria José Lanziotti Barreras (Zezé), com as quais não estive junto na sala de aula neste período, mas que faziam das minhas noites de sexta-feira na Famecos momentos sempre especiais que me motivavam a ir à universidade, mesmo com todo o cansaço da semana. Registro aqui também meu agradecimento aos sempre atenciosos Flávia Custódio, Radler da Rosa, Daniel Martinez Cardoso, Marco Morais, Douglas Cansi e André Holtz, por sempre atenderem as nossas demandas acadêmicas com respeito e disponibilidade.

Por fim, mas muito em especial, dedico estas linhas de agradecimento a ela. Minha orientadora, guia intelectual, amiga e mãe que a vida me permitiu escolher: Neka Machado. Mais do que um trabalho de conclusão de curso, esta monografia é produto do contínuo aprendizado que nossa convivência me proporcionou durante estes quatro anos de curso e que continuará me proporcionando por muitos anos ainda. Obrigado por me ensinar que a universidade pode (e deve) ser um espaço de debate e de luta por condições dignas de vida para todas as pessoas, mas mais do que isso: obrigado por me fazer ver que preciso e posso ser muito feliz. Creio que mais que evidenciar as possibilidades para a área de Relações Públicas nos movimentos sociais, o principal objetivo deste trabalho é mostrar que o principal de todos os direitos humanos é a FELICIDADE!

Não, não. Não, não faça isso. Científico é uma coisa programada. Criação é uma coisa que nasce. Nasce com a gente. Nasce com as nossas dores, com as nossas neuroses, com os nossos sorrisos. Não, não, não. Criação é uma coisa muito importante. Científico também é. Só que científico é científico. Ou não?

Maysa, cantora (1936-1977)

O maior problema do mundo atual é a intolerância. Todos são tão intolerantes uns com os outros.

Princesa Diana (1961-1997)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo evidenciar as possibilidades para atividade de Relações Públicas na gestão da comunicação dos movimentos sociais, mais especificamente daqueles que defendem os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Para atender a esta finalidade, realizamos inserção prática na setorial LGBT do movimento *Juntos!*, denominada *Juntos Pelo Direito de Amar* para analisar seus cenários interno e externo, conhecer seus principais públicos e verificar sua imagem perante eles. Também são analisadas a questão LGBT no contexto das discussões contemporâneas sobre direitos humanos e as visões dos principais autores de Relações Públicas e Comunicação Comunitária que contribuem para a efetividade das práticas profissionais nos movimentos sociais protetores dos LGBTs.

Palavras-chave: Relações Públicas. Comunicação Comunitária. Direitos Humanos. Movimento LGBT. *Juntos Pelo Direito de Amar*.

ABSTRACT

This study has as its objective evidence the possibilities to the activity of Public Relations in the management of social movements' communication, more specifically those that defend the rights of lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals. To attend this propose, we realize a practice insertion in movement *Juntos!* sector LGBT, denominated *Juntos Pelo Direito de Amar*, to analyze yours intern and extern sceneries, to meet yours principals publics and to verify your image before them. Also are analyzed the question LGBT in the context of the contemporary discussions about human rights, the visions of the principals authors of Public Relations and Communitarian Communication that contribute to the effectiveness of professional practices in the social movements protectors of LGBTs.

Key Words: Public Relations. Communitarian Communication. Human Rights. Movement LGBT. *Juntos Pelo Direito de Amar*.

RESUMEN

El presente estudio tiene por objetivo evidenciar las posibilidades para la actividad de Relaciones Públicas en la gestión de la comunicación de los movimientos sociales, más específicamente de aquellos que defienden lesbianas, gays, bisexuales, travestis e transexuales. Para atender a esta finalidad, nosotros realizamos inserción práctica en la sectorial LGBT del movimiento *Juntos!*, denominada *Juntos Pelo Direito de Amar* para analizar sus escenarios interno y externo, conocer sus principales públicos y verificar su imagen delante de ellos. También son analizadas la cuestión LGBT en el contexto de las discusiones contemporáneas acerca de los derechos humanos, las visiones de los principales autores de Relaciones Públicas y Comunicación Comunitaria que contribuyen para la efectividad de las prácticas profesionales en los movimientos sociales protectores de los LGBTs.

Palabras llave: Relaciones Públicas. Comunicación Comunitaria. Derechos Humanos. Movimiento LGBT. *Juntos Pelo Direito de Amar*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os vários significados do termo Relações Públicas	37
Quadro 2 – Matriz SWOT da setorial <i>Juntos Pelo Direito de Amar</i>	64
Quadro 3 – Mapeamento de públicos da setorial <i>Juntos Pelo Direito de Amar</i>	66
Quadro 4 – Relação dos participantes do grupo focal.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRP	Associação Brasileira de Relações Públicas
Aerp	Assessoria Especial de Relações Públicas
Caap	Centro Acadêmico Arlindo Pasqualini
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal
Conferp	Conselho Federal de Relações Públicas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
Famecos	Faculdade de Comunicação Social da PUCRS
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A TEMÁTICA LGBT NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS: OS MOVIMENTOS DE DEFESA E AS VARIÁVEIS POLÍTICO-LEGAIS NO BRASIL..	20
2.1 A TEMÁTICA LGBT EM ESCALA GLOBAL: DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS AOS DIAS ATUAIS.....	21
2.2 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL	24
2.3 AS VARIÁVEIS POLÍTICO-LEGAIS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	28
2.4 COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO NOS MOVIMENTOS POPULARES: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS	32
3 RELAÇÕES PÚBLICAS E POSSIBILIDADES PARA SUA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT NO BRASIL	35
3.1 RELAÇÕES PÚBLICAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	36
3.1.1 Interfaces entre Relações Públicas e planejamento de comunicação	39
3.2 RELAÇÕES PÚBLICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	40
3.3 PLANEJAMENTO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS: DA TEORIA À PRAXIS.....	43
3.4 TEMÁTICA E MOVIMENTO LGBT: ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS	46
4 UMA INSERÇÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NA SETORIAL LGBT DO MOVIMENTO <i>JUNTOS!</i>.....	51
4.1 <i>JUNTOS!</i> : HISTÓRICO E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	52
4.1.1 Jornal impresso.....	55
4.1.2 Site institucional.....	55
4.1.3 <i>Fanpage</i> no facebook.....	56
4.1.4 Página no twitter	56

4.1.5 Página no YouTube	56
4.2 SETORIAL <i>JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR</i> : TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO ..	57
4.3 PESQUISA PARTICIPANTE NA SETORIAL <i>JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR</i>	61
4.3.1 Análise de cenários interno e externo	62
4.3.2 Análise de públicos.....	64
4.4 PESQUISA EXPLORATÓRIA: CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E MOVIMENTO LGBT – SUGESTÕES À SETORIAL <i>JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR</i>	66
4.4.1 Descoberta pessoal: ser homossexual/bissexual.....	68
4.4.2 Cenário contemporâneo para a temática LGBT	69
4.4.3 Organizações que atuam em prol da causa LGBT (ONGs, movimentos sociais, OSCIPs, etc.).....	70
4.4.4 Movimento <i>Juntos!</i> e sua setorial LGBT, <i>Juntos Pelo Direito de Amar</i>	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	78
ANEXOS	95

1 INTRODUÇÃO

As questões referentes aos direitos humanos no Brasil têm ganhado imenso destaque, principalmente após o final da Ditadura Militar em 1985. A Constituição de 1988 criminalizou, por exemplo, as práticas de racismo, das quais principalmente negros e índios eram (e ainda são) alvos preferenciais. Em 1990 e 2003, foram aprovados, nesta ordem, os estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso, que preveem severas punições a quem praticar atos violentos contra essas pessoas. No entanto, outros segmentos também bastante marginalizados ainda não possuem amparo legal e nem político no que diz respeito aos seus direitos enquanto cidadãos, tais como os LGBTs. Frequentemente, somos noticiados acerca de crimes motivados por homofobia ou transfobia, mas que não são considerados como tal por ausência de legislação específica para punição deste tipo de delito.

Devido ao espaço deixado em aberto pelas esferas governamentais, criam-se oportunidades para a existência de organizações não governamentais e movimentos sociais que reivindiquem melhorias e aprovação de leis que garantam plenos direitos a homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis enquanto seres humanos. Partindo de uma perspectiva geral, mas que podemos aplicar às ONGs e aos movimentos da causa LGBT, Margarida Maria Krohling Kunsch reconhece a importância desse tipo de organização na sociedade contemporânea, uma vez que elas colocam em debate temas ligados à cidadania e aos valores sociais (KUNSCH, 2003). Pelo fato de estas lidarem na maior parte dos casos – e neste em específico – com temáticas bastante delicadas, acreditamos na necessidade do planejamento adequado de comunicação com vistas a conquistas mais efetivas em seus objetivos e na atividade de Relações Públicas como a mais adequada para conduzi-lo, de modo especial em seus aspectos mais estratégicos.

Durante a maior parte de nossa formação, estudamos as teorias e, em alguns casos, fizemos intervenções práticas de Relações Públicas nas empresas, ou seja, nas organizações voltadas para o lucro, da produção, indústria, comércio e serviços. Entretanto, disciplinas como *Comunicação Comunitária*, *Responsabilidade Social nas Organizações* e *Projeto Experimental Comunitário* nos colocaram em contato com outra realidade bem distinta no que diz respeito a recursos humanos, tecnológicos e financeiros, que é a dos movimentos sociais e das ONGs. Nestas

aulas, tivemos oportunidade de conhecer os estudos de autores como Cicília Maria Krohling Peruzzo e Márcio Simeone Henriques, além da própria Margarida Kunsch, que vêm abordando em seus trabalhos as possibilidades para a área de Relações Públicas nos movimentos sociais. Porém, a maior parte destas pesquisas abordam essas possibilidades de maneira mais genérica, detendo-se muito pouco nas especificidades dos movimentos e dos cenários que justificam sua existência.

Neste sentido, a proposta desta monografia consiste em uma inserção com base nos pressupostos teóricos da atividade de Relações Públicas no movimento *Juntos!*, com foco na análise de sua setorial LGBT, denominada *Juntos Pelo Direito de Amar*. A escolha por esta organização se deu pelo fato de o autor deste trabalho tê-la conhecido durante o tempo de graduação na PUCRS e se interessado particularmente por suas lutas em prol da criminalização da homofobia e da transfobia e pela garantia de direitos para homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.

Uma vez delimitados o tema e o objeto de nosso estudo, tornam-se convenientes alguns questionamentos acerca das variáveis político-legais para os movimentos sociais da causa LGBT no Brasil, de como devem se dar as práticas da atividade de Relações Públicas neste contexto, de como se dá a atuação e a comunicação do movimento *Juntos!* e da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, além de verificar as ideias e opiniões do público da organização acerca dela como um todo. Diante destes questionamentos, os objetivos deste trabalho são: evidenciar as Relações Públicas como atividade estratégica capaz de planejar e mediar as práticas de comunicação dos movimentos sociais defensores da causa LGBT; contextualizar os debates a nível nacional e internacional acerca dos direitos humanos e LGBT mais especificamente e o movimento LGBT no Brasil, além de suas variáveis político-legais; posicionar numa perspectiva teórica a atividade de Relações Públicas e suas interfaces com a comunicação comunitária, demonstrando a importância do planejamento de comunicação para os movimentos sociais, sem perder de vista sua realidade; analisar o movimento *Juntos!* e a setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* a partir de seu histórico, de suas práticas de comunicação e seus ambientes interno e externo e averiguar como o público jovem LGBT enxerga a organização.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho são de caráter qualitativo, pois buscamos compreender as diferentes perspectivas dos eixos

temáticos, algo que a pesquisa quantitativa não nos forneceria devido à sua exigência pela exatidão dos dados obtidos. Primeiramente, realizamos três entrevistas em profundidade semiabertas, para conhecer as variáveis político-legais para a temática LGBT no Brasil, as possibilidades para a atividade de Relações Públicas no contexto das organizações do terceiro setor que batalham por melhorias para homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis e a atuação do movimento *Juntos!* e da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*. Este tipo de entrevista, conforme Duarte (2010, p. 66), “[...] tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. [...] A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema da forma mais aberta possível”. Com base nos apontamentos levantados por Peruzzo (2010), realizamos inserção e observação participante na setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* para fins de análise direta das práticas de relacionamento e comunicação da organização. Para concluir esta fase observatória, recorreremos à técnica de grupo focal, em que jovens LGBTs sem ligação com o movimento nem com a setorial foram ouvidos, visando verificar seu grau de conhecimento acerca da organização e do cenário contemporâneo em aspectos políticos, sociais e culturais que envolvem a temática da homossexualidade/bissexualidade/transexualidade. Já no que diz respeito aos métodos documentais, recorreremos à revisão bibliográfica, pois, de acordo com Moura e Ferreira (2005, p. 36), é “*uma busca sistemática, a fim de mapear o que se tem pesquisado na área*”.

O referencial teórico da monografia se divide em quatro eixos fundamentais: Relações Públicas, Comunicação Comunitária, Direitos Humanos/LGBT e Movimentos Sociais. Na área de Relações Públicas, pesquisadores como Simões (1995), Kunsch (2003; 2006; 2009; 2010), Scroferneker (2011), Ferrari (2009), Baseggio (2012), Steffen (2007; 2009) e França (2004), nos ajudarão a compreender esta atividade enquanto legitimadora de uma organização perante seus públicos e gestora de seus processos comunicacionais. Em relação à Comunicação Comunitária, autores como Kunsch (2007a; 2007b), César (2007), Peruzzo (1998; 2009; 2013), Henriques (2007a; 2007b) e Purper (2012) abordam as diferenças deste tipo de comunicação em relação àquela praticada em empresas e órgãos públicos, além das possibilidades para as Relações Públicas nos movimentos sociais. As discussões sobre Direitos Humanos e inserção da temática LGBT no seu contexto terão sustentação em Mondaini (2008; 2009), Schwab (2011), Lázaro

(2013) e Vechiatti (2012). Por fim, no que se refere aos movimentos sociais no Brasil, mais especificamente, dos da causa LGBT, e às variáveis político-legais a que estão submetidos, utilizamo-nos dos trabalhos de Gohn (2008), Simões (2010), Facchini (2009) e Reis (2012).

O trabalho se divide em cinco capítulos. Neste primeiro, fazemos uma breve introdução do tema e como ele será abordado em seus aspectos teóricos e metodológicos. No segundo, faremos uma retrospectiva histórica a respeito da questão LGBT, sua inserção no contexto internacional de discussões sobre direitos humanos, suas influências na formação do movimento no Brasil e as variáveis político-legais contemporâneas, além de breves considerações sobre comunicação. No terceiro capítulo, aprofundaremos as reflexões teóricas sobre Relações Públicas, sua inserção no contexto da Comunicação Comunitária e apresentaremos metodologias alternativas de planejamento para os movimentos sociais. No quarto, discorreremos sobre a atuação do movimento *Juntos!* e, especialmente da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, em aspectos como comunicação, relacionamento com seus públicos e ambientes interno e externo, além dos resultados de pesquisa exploratória realizada junto a jovens homossexuais ou bissexuais sobre suas percepções sobre a setorial LGBT e o cenário político, social e cultural no qual ela está inserida. Por fim, no quinto e último capítulo, apresentaremos as conclusões a que chegamos através deste estudo.

2 A TEMÁTICA LGBT NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS: OS MOVIMENTOS DE DEFESA E AS VARIÁVEIS POLÍTICO-LEGAIS NO BRASIL

Neste capítulo, nossa proposta consiste em uma retrospectiva histórica das questões ligadas aos direitos humanos de uma maneira geral e, especificamente, dos pontos vinculados à temática LGBT. Tal retomada tem por objetivo contextualizar as abordagens sobre homossexualidade/bissexualidade ao longo do tempo que vão justificar o surgimento de movimentos de defesa a estas pessoas. As discussões apresentadas neste capítulo estão fundamentadas em autores como Mondaini (2008; 2009), Simões (2010) e Facchini (2009). Para aprofundar as questões, entrevistamos o presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio Grande do Sul, Leonardo Ferreira Mello Vaz (APÊNDICE A).

Na Antiguidade Clássica, a homossexualidade era considerada algo bastante comum, tanto a masculina como a feminina. Tratava-se de uma prática que muito influenciou a cultura artística greco-romana. Várias lendas contavam as histórias de amor de heróis como Aquiles e Alexandre, o Grande com outros homens e em 27 a.C., o imperador romano Augusto reconheceu oficialmente os primeiros casamentos entre pessoas do mesmo sexo em Roma (MOREIRA FILHO; MADRID, 2014).

Entretanto, no século IV, o Cristianismo foi oficializado como religião do Império Romano, fazendo com que as práticas homossexuais passassem a ser crimes passíveis de pena de morte, o que se reforçou ainda mais com o início do período medieval, no século V. Durante os quase mil anos de duração da Idade Média, a produção cultural com temática ligada à homossexualidade foi abolida e seus praticantes, condenados à morte, sobretudo depois da criação em 1232 dos Tribunais da Santa Inquisição. O Santo Ofício, como também era conhecido, condenou milhares de pessoas acusadas de delitos contra a fé cristã, entre os quais as práticas homossexuais, que foram alvo de perseguição por parte da Igreja Católica até o final do século XVIII, marcado pela Revolução Francesa (MOREIRA FILHO; MADRID, 2014).

A Revolução Francesa é vista por Mondaini (2008) como o primeiro grande ciclo de afirmação dos direitos humanos, devido ao fato de ter reivindicado os

direitos civis e políticos das pessoas. Um exemplo foi a descriminalização da homossexualidade, em 1791. Já o segundo ciclo de afirmação na visão deste autor é formado pelas revoluções socialistas do século XIX, em que direitos sociais foram questionados. Porém, o terceiro ciclo é inserido nos anos pós-Segunda Guerra Mundial. Este período, marcado por terríveis violações aos direitos humanos – sobretudo aos LGBT's (KERN; SILVA, 2009) -, teve seu término marcado por relevantes discussões sobre a questão da pessoa na qualidade de ser humano, algo nunca observado em épocas anteriores. Observa Mondaini (2008, p. 141):

O terceiro ciclo de afirmação dos direitos humanos na história mundial assinala a irrupção de um triplo fenômeno ocorrido no decorrer da segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos pós-Segunda Guerra Mundial. Nele, a exigência de conquista de direitos até então inexistentes teve de conviver com os reclamos em nome da ampliação do número de indivíduos e grupos sociais contemplados pelos direitos já conquistados em períodos históricos anteriores. [...] este terceiro ciclo é a expressão da revolta e do inconformismo diante da percepção de que o caráter universal contido na tradição dos direitos humanos não havia ainda sido concretizado de fato.

Como o autor colocou, a segunda metade da década de 1940 e as décadas posteriores vivenciaram – e ainda vivenciam – debates acerca dos direitos adquiridos pelos seres humanos ao longo dos tempos. No tópico a seguir, explicitaremos os debates sobre direitos humanos motivados pelo imediato pós-guerra, sem perder de vista o enfoque na questão LGBT.

2.1 A TEMÁTICA LGBT EM ESCALA GLOBAL: DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS AOS DIAS ATUAIS

A década de 1930 foi marcada no cenário internacional pela ascensão de regimes totalitários, principalmente na Europa e na América Latina. Destes, o mais destacado foi o nazismo alemão, comandado por Adolf Hitler (1889-1945). O chamado *Terceiro Reich* pregava a chamada “superioridade” da raça ariana (alemã) e, por isso, tudo que fosse “inferior” deveria desaparecer do mundo. Nisto, incluía-se, dentre outros, judeus, ciganos, deficientes físicos, negros e homossexuais. Sobre o

caso específico da homossexualidade e sua interpretação feita pelos nazistas, relata Schwab (2011, p. 31):

Em discurso feito em 18 de fevereiro de 1937, o *Reichsführer* [*Heinrich, grifo nosso*] Himmler declara ao falar sobre a homossexualidade e o suposto número de homossexuais na população, que, “se continuarmos assim, nosso povo corre o risco de ser aniquilado por essa praga”. Os homossexuais são considerados indivíduos não reprodutores e, assim, como podem assegurar a perenidade da raça? Por esse discurso, a condenação da homossexualidade não parece mais responder a uma exigência moral, mas sim a necessidade de preservar a raça.

Esta foi a justificativa utilizada pelo nazismo para, durante os anos da Segunda Guerra Mundial, prender milhares de homossexuais em campos de concentração, nos quais essas pessoas eram submetidas a condições degradantes de vida e humilhações de todos os tipos (SCHWAB, 2011). Em 1945, com o final do conflito e a derrota de Hitler, os crimes do regime nazista começaram a vir à tona. Naquele cenário, iniciou-se uma série de debates em torno da questão dos direitos humanos que tiveram como consequência a aprovação, em 10 de dezembro de 1948, da chamada *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH)¹, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. De acordo com Mondaini (2008, p. 148):

Elaborada por uma comissão específica da recém-criada, em 1945, Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração foi redigida com o intuito de proclamar definitivamente os direitos fundamentais da humanidade, o respeito inviolável à dignidade da pessoa humana. Com ela, passa a ter reconhecimento internacional a definição de direitos humanos como o acúmulo de três níveis diferenciados de direitos, a saber, os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais, além de ter sido dado um definitivo passo na direção da afirmação dos direitos dos povos. Uma conquista que pode muito bem ser compreendida como a universalização do projeto histórico da Revolução Francesa pela tríade liberdade, igualdade e fraternidade, acrescida da vontade de construir um mundo no qual a paz vencesse a guerra.

Dos trinta artigos que possui a DUDH, podemos destacar cinco que são bandeiras históricas da luta por condições dignas de vida da população LGBT: primeiro (“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns em relação aos outros com espírito de fraternidade”), segundo (“Todo ser humano tem capacidade para gozar

¹ A íntegra da DUDH pode ser encontrada em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 06/02/2014.

os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza [...]), terceiro (“Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”), sexto (“Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”) e sétimo (“Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”). Estes princípios são a base da ação de muitos movimentos sociais da atualidade que atuam em prol de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Nas décadas posteriores, apesar da continuidade dos ataques de inúmeros setores conservadores – especialmente políticos e religiosos – observamos significativos avanços nos debates acerca da homossexualidade/bissexualidade. Um dos eventos mais significativos e marcantes da história do movimento LGBT na segunda metade do século XX foi a chamada *Rebelião de Stonewall*, ocorrida em Nova Iorque durante os últimos dias do mês de junho de 1969. *Stonewall Inn* é o nome de um bar nova-iorquino que serve até os dias de hoje como ponto de encontro de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e que acabou sendo palco de um grande confronto entre estes segmentos e a polícia local, habituada a exercer opressões sobre eles (REIS, 2012; LÁZARO, 2013). Um ano após estes ocorridos, milhares de pessoas saíram às ruas de Nova Iorque para reivindicar os direitos dos LGBTs e o dia 28 de junho tornou-se o Dia do Orgulho Gay nos Estados Unidos e em outros países ao redor do mundo. Sobre este cenário de reivindicações, afirma Lázaro (2013, p. 266-267):

Essas lutas contra discriminação, segregação, preconceitos e violências orientadas a determinados grupos em função de características dessas pessoas – gênero, raça/etnia, orientação sexual – marcam as lutas pelos direitos civis, são referências nas lutas pelos direitos humanos e podem ser vistas como ação e afirmação positiva das diferenças: atualmente compreendidas como afirmação da diversidade. [...] Não é inexorável que “ser diverso” implique ser subordinado, oprimido, excluído de direitos, não reconhecidos. Portanto, ao se reconhecer como diverso e nessa diversidade identificar o suporte de exclusões e desigualdades, os sujeitos diversos entram no campo da política e do questionamento quanto às razões dessa exclusão e desigualdade.

Nos anos 1970 e 1980, a homossexualidade começou a ser descriminalizada, principalmente em países da Europa e da América do Norte. Estas décadas testemunharam o surgimento, ainda que bastante discreto, de movimentos de reivindicação por parte da população LGBT. Vechiatti (2012, p. 46) coloca que nas citadas localidades “[...] a questão dos direitos dos homossexuais passou a ser encarada sob o prisma da cidadania, ou seja, como o direito ao respeito à integridade física e psicológica, à privacidade, à intimidade, etc.”.

Todavia, foi em 17 de maio de 1990, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da chamada “lista de doenças mentais”. O termo utilizado até então era “homossexualismo”, uma vez que o sufixo “ismo” significa “enfermidade”. Por esta razão, o dia 17 de maio é considerado o Dia Mundial de Combate à Homofobia e é marcado por várias ações ao redor do mundo, tais como passeatas organizadas por ONGs e movimentos sociais, palestras e workshops em universidades, etc. Entretanto, mesmo com a resolução da OMS, há 76 países que consideram criminosas as práticas homossexuais e cinco deles as punem com pena de morte, casos do Irã, da Arábia Saudita, do Iêmen, da Nigéria e de Uganda (COUTO, 2014).

Todo este debate também teve repercussão no Brasil. A seguir, examinaremos o surgimento do movimento LGBT no país e sua situação na atualidade.

2.2 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

No Brasil, podemos situar cronologicamente o surgimento do que hoje denominamos *movimento LGBT* na segunda metade da década de 1970. A Ditadura Militar iniciada em 1964 e marcada por terríveis repressões a toda e qualquer manifestação considerada oposicionista começava a entrar em crise. Este foi um momento de reorganização dos setores contrários ao regime e que com o fim da censura iniciada após o Ato Institucional nº 5 em 1968 começaram a reivindicar seu espaço na sociedade, conforme relata Peruzzo (1998, p. 30-31):

No final da década de setenta, setores das classes subalternas, que durante 21 anos de ditadura (1964-1985) se viram afastados do acesso pleno à cidadania, começam a denunciar, a resistir, a organizar-se em torno da reivindicação de seus direitos. É quando *novos personagens entram em cena [grifo da autora]*, constituindo-se no Brasil inteiro, nos últimos anos daquela década e nos anos oitenta, milhares de novos movimentos sociais populares e sindicais.

Nestes novos personagens colocados pela autora, incluímos os gays, lésbicas, bissexuais e travestis que se organizaram em coletivos para discutir maneiras de reivindicar sua existência na sociedade e o fim de atos violentos motivados pela orientação sexual. Estes são movimentos voltados à defesa dos direitos humanos, pois, de acordo com Peruzzo (1998, p. 45), “[...] lutam contra a violação dos direitos da pessoa e contra a impunidade”. Sobre estas lutas, observa Gohn (2008, p. 35):

A interlocução e o exercício da vida política/cultural na esfera pública contribuem para o desenvolvimento de uma nova cultura política pública no país, construída a partir de critérios do campo dos direitos humanos (entendido como a somatória dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, e não como uma estrutura hierarquizada de direitos). A cultura política pública pressupõe uma cultura ética, com civilidade e respeito ao outro. Essa nova cultura política se contrapõe à tradição política autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, assim como se contrapõe também às práticas clientelistas ou corporativas de grupos patrimonialistas, oligárquicos, ou modernos/privatistas. Trata-se de uma cultura política gerada por processos nos quais diferentes interesses são reconhecidos, representados e negociados, via mediações sociopolíticas e culturais.

O período da Ditadura Militar compreendido entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 conhecido como *Anos de Chumbo* foi marcado pela intensa repressão aos opositores do regime através de prisões, torturas e assassinatos. A produção cultural, entretanto, foi o principal foco de resistência ao governo e foi neste contexto que o ativismo de esquerda (ainda que clandestino) e os movimentos feminista e negro começaram a se destacar, assim como os espaços de sociabilidade LGBT. O Movimento *Somos*² e o jornal *Lampião* eram os principais meios do ativismo homossexual da época, entretanto tiveram curta duração: o *Lampião* durou de abril de 1978 a julho de 1981 e o *Somos*, de 1978 a 1983. Simões (2010, p. 18) destaca:

² Aqui fazemos uma ressalva: o movimento *Somos* surgido em São Paulo em 1978 não possui nenhuma relação com a ONG gaúcha de mesmo nome, fundada em 2001, apesar de ambas as organizações militarem pela causa LGBT.

Lampião e *Somos* se assemelhavam nas novidades que representavam. *Lampião* era bem diferente de tudo o que lhe havia precedido em termos de imprensa homossexual no País até então – a começar pelo fato de que reunia em seu Conselho Editorial um conjunto de jornalistas, escritores e intelectuais de considerável peso na vida cultural brasileira, que emprestavam uma inédita legitimidade à empreitada. Os integrantes do *Somos* tampouco correspondiam aos estereótipos então vigentes sobre homossexuais. Havia alguns intelectuais e profissionais liberais, ao lado de um número crescente de jovens, muitos dos quais universitários. Trejeitos acentuados ou roupas espalhafatosas não eram a tônica. Na apresentação pessoal, indumentária, postura corporal, gestos e tom de voz, a maioria das moças e rapazes do *Somos* não se distinguia do padrão vigente entre sua geração; e, nas reuniões do grupo, a conduta geral não era nada muito diferente do que se via numa assembleia estudantil.

A proposta do *Lampião* era a de “[...] ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias” (SIMÕES, 2010, p. 18). Alguns dos temas abordados eram os ligados aos movimentos feminista e negro, transexualidade, direitos dos indígenas, ecologia, entre outros. O linguajar do jornal se baseava muito em termos comuns no meio LGBT, o que incomodava alguns editores, mas era defendido como estratégia de legitimação por alguns de seus jornalistas, como o novelista Aguinaldo Silva. Já o *Somos* defendia o uso dos termos também como maneira de legitimar-se e incentivar nos seus membros o sentimento de pertencimento à organização, conforme Simões (2010, p. 18-19):

O grupo, que era predominantemente masculino e não contava com travestis ou transexuais em seus membros, propunha que as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada, ainda que admitindo que isso poderia ser importante no plano das fantasias eróticas. Por outro lado, o uso do linguajar do gueto homossexual masculino no tratamento cotidiano não deixava de causar tensões entre os ativistas, sobretudo, mas não exclusivamente com as mulheres, e era fonte longos debates em torno do “machismo” das “bichas”.

As divergências no movimento eram muitas e a norma para tomada de decisões no *Somos* era o consenso. As reuniões não tinham uma coordenação específica, pois variava em cada uma. Com o crescimento cada vez maior do *Somos*, as tomadas de decisão consensuais ficavam cada vez mais difíceis e as rivalidades se acentuavam. A chamada “abertura”, ou seja, a transição do regime ditatorial para o democrático era marcada por incertezas e pela continuidade da repressão policial aos membros dos movimentos. Outra questão que também foi preponderante para o chamado *Movimento Homossexual Brasileiro* (MHB) foi o estouro em escala global da epidemia de Aids, que naquele primeiro momento

afetou na maior parte homossexuais masculinos, que adoeceram e vieram a falecer, muitos deles integrantes destes movimentos. Conforme observa Reis (2012, p. 56), “[...] o MHB na década de 1980 se encontrou debilitado em parte pela epidemia da Aids, bem como dividido entre si em função de visões e atuações políticas divergentes, além da falta generalizada de infraestrutura”.

Em contrapartida na década de 1990, os movimentos sociais voltados para a causa LGBT vivenciaram um significativo crescimento quantitativo, em oposição a outros mais destacados na década anterior e que passavam naquele momento por um “momento de crise”. Neste sentido, “[...] temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a Aids, e “movimentos de minorias”, especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional” (FACCHINI, 2009, p. 139). O ativismo LGBT da época é explicado por Facchini (2009, p. 139):

Nesse período, há uma diversificação de formatos das iniciativas ativistas. Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações, formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínio de associações e organizações da sociedade civil de interesse público.

A própria nomenclatura do movimento ao longo da década de 1990 foi sofrendo alterações, para fins de inclusão de todas as identidades sexuais e de gênero: até 1993, era conhecido como o já citado Movimento Homossexual Brasileiro. Em 1995, surgiu a nomenclatura GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e em 1999, para integrar os bissexuais ao movimento, a sigla mais utilizada passou a ser GLBT (ou também GLTB). No entanto em 2008, para fins de maior visibilidade das lésbicas, foi adotada a sigla LGBT, utilizada até os dias atuais (FACCHINI, 2009).

A visibilidade do movimento LGBT também se deve muito à atuação de alguns partidos políticos surgidos durante e após o processo de redemocratização, sobretudo os de tendências esquerdistas. “A partir da redemocratização, os partidos também se converteram em canais para tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente” (FACCHINI, 2009, p. 141). Destacamos neste processo as setoriais LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), existentes desde a década de 1990, cujo principal

objetivo era o planejamento de estratégias para visibilidade da causa, através de candidaturas e ações de parlamentares identificados com esta pauta.

Em 2005, foi fundado a partir de uma dissidência do PT o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que cinco anos depois elegeu pelo Estado do Rio de Janeiro o primeiro deputado federal assumidamente homossexual do Brasil, o professor baiano Jean Wyllys, cuja atuação parlamentar se destaca pela defesa dos direitos dos LGBTs e pela tentativa de aprovação do chamado casamento civil igualitário. O PSOL também se constitui na atualidade como importante parceiro dos movimentos sociais que militam em favor do combate a toda espécie de opressões (entre as quais a homofobia), tais como o *Juntos!*, que será analisado sob as perspectivas da atividade de Relações Públicas no capítulo 4 deste estudo.

2.3 AS VARIÁVEIS POLÍTICO-LEGAIS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Na década de 1980, com a decadência do Regime Militar, direitos tanto civis, políticos e sociais, quanto individuais e coletivos passaram a ter mais reconhecimento, em paralelo ao que ocorria internacionalmente. Em 1988, três anos após o fim da Ditadura, foi aprovada uma nova Constituição, que é considerada a pedra fundamental para um Estado democrático de direito pleno, sendo o respeito aos direitos humanos o seu eixo fundamental. Mondaini (2009, p. 98) elucida:

Chamada de 'Constituição cidadã', a nova Carta Magna representa uma referência legal indubitável para a luta em torno da afirmação histórica dos direitos humanos em nosso país, muito em função do fato de ter trazido consigo os princípios mais progressistas das tradições políticas liberal-democrática (o pluralismo político, a separação dos poderes do Estado e a representação eleitoral) e social-democrática (participação e combate às desigualdades sociais e regionais), sem desprezar as demandas de caráter multifacetado apresentadas pelos chamados novos movimentos sociais, ou seja, a defesa do bem comum no respeito à diversidade de origem, raça, sexo, cor, idade, etc.

Presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/RS, o advogado e militante da causa LGBT Leonardo Ferreira Mello Vaz concorda com esta prerrogativa. No entanto, em entrevista concedida a este autor, ele observa que os

direitos de homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis são amparados pela Constituição, mas ainda de maneira bastante genérica, defendendo a existência de uma legislação específica para o segmento:

A nossa Constituição [...] foi baseada e constituída com base nos direitos humanos. O cidadão é o principal presenteado, se é que assim podemos nos referir, com esta Constituição de 1988. Com relação aos direitos, garantias e princípios constitucionais, o segmento LGBT é totalmente amparado pela Constituição. Só que a Constituição possui regramentos genéricos, dos quais a gente precisa da criação de uma legislação específica, leis infraconstitucionais que possam de fato reger aquele direito, amparar aquele direito do segmento (VAZ, 2014).

Durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destacamos uma série de iniciativas em prol da causa dos direitos humanos e, em especial, da população LGBT brasileira, tais como a criação, em 1997, da Secretaria de Direitos Humanos. Inicialmente vinculada ao Ministério da Justiça, ganhou status de ministério em 2003 e desde 2010, é chamada de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014). Ainda no período de FHC, citamos dois programas nacionais de direitos humanos (PNDH), em 1996 e 2002, tendo este último dezenove ações que se mostraram mais efetivas para proteção da população LGBT em detrimento do primeiro, que pouco acrescentou ao debate. Conforme Reis (2012, p. 60):

Pelo menos sete das ações do PNDH II foram ou vêm sendo cumpridas. Entre elas há: o apoio do governo ao reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos (por meio da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da República); a modificação do censo demográfico para obter dados a respeito da população LGBT; o combate à violência e a proteção e promoção dos direitos humanos, por meio dos Centros de Referência LGBT; iniciativas para sensibilizar profissionais da educação quanto à diversidade sexual, como o curso Gênero e Diversidade na Escola; ações na área da prevenção, tratamento e atenção ao HIV/AIDS; e o estímulo à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade LGBT.

Os debates acerca dos direitos dos LGBTs tiveram especial avanço nos anos da administração Lula. Em 2003, uma parceria entre o governo e a sociedade civil lançou o Programa Brasil Sem Homofobia, com vistas a promover o combate ao preconceito através de eixos como direitos humanos, educação, cultura e justiça. Em

2008, o presidente convocou a I Conferência Nacional LGBT, cujo resultado foi o Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos dos LGBTs e um ano depois, foi criada dentro da estrutura da SDH/PR a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos dos LGBTs, além do terceiro PNDH, sobre o qual observa Reis (2012, p. 63):

O Programa tem um objetivo estratégico com oito ações programáticas específicas visando à 'garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero', dentro da meta de 'universalizar direitos em um contexto de desigualdades'. O Programa também é permeado por outras ações programáticas também alusivas ao tema da orientação sexual e da identidade de gênero, incluindo o acesso universal a um sistema de saúde de qualidade; a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em maior vulnerabilidade, inclusive com vistas à erradicação da violência na escola; a realização de campanhas e ações educativas para desconstrução de estereótipos; e políticas de prevenção da violência.

Em 2011, primeiro ano do governo Dilma Rousseff, foi aprovada por unanimidade em 5 de maio no Supremo Tribunal Federal a equiparação da união estável homoafetiva à realizada entre heterossexuais e em dezembro do mesmo ano, foi realizada a II Conferência Nacional LGBT, cujo principal objetivo foi a prestação de contas quanto à implementação do Plano Nacional LGBT (REIS, 2012). Porém, observamos no atual governo alguns retrocessos quanto à causa LGBT, tais como o veto pela presidente do chamado *kit anti-homofobia*, elaborado pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas de ensino básico, por pressão das bancadas religiosas, além do arquivamento no Senado do Projeto de Lei 122 de 2006, que propunha a criminalização da homofobia³.

Tal situação teve seu ápice em 2013, quando foi eleito para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal o deputado paulista Pastor Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), evangélico e claramente contrário aos direitos da população LGBT. O fato causou indignação entre destacados defensores dos direitos humanos em nível nacional. Várias entidades da sociedade civil ligadas ao combate à homofobia, como ONGs e movimentos sociais, promoveram atos de repúdio a Feliciano, pedindo sua renúncia da presidência da CDHM, o que acabou não ocorrendo, tendo a gestão do pastor se

³ O Projeto de Lei da Câmara 122 foi proposto em 2001 pela então deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) e tinha como principal objetivo tornar crime as práticas homofóbicas. Em 2006, foi enviado para o Senado, onde tramitou por várias comissões durante anos. No final de 2013, por pressão das bancadas religiosas, o PLC acabou apensado ao projeto de reforma do Código Penal, descaracterizando seu caráter de combate à homofobia.

encerrado em dezembro do mesmo ano, envolta em uma série de polêmicas⁴. Os movimentos sociais e demais entidades, em todas essas ocasiões, insistiam que Dilma e seus aliados estavam colocando os direitos humanos como “moeda de troca” para garantir a governabilidade. Sobre este cenário, nos diz Vaz:

A gente teve todo um histórico de lutas, como eu havia comentado, desde a redemocratização do país, que nunca teve tanto afeto, tanto crescimento de bancadas religiosas, conservadoras, bancadas que se dizem de extrema direita ou de direita. [...] Eu acho que isso parte de escolhas políticas, a gente vê que nos últimos anos no Brasil, aquela questão da ideologia que antigamente existia, ideologia política, de princípios, de ideais, foi dando lugar para movimentos ligados a reacionários, fascistas. Até por intervenção de ideias mundiais, de acontecimentos em todo o bandeiras de causa, e dando espaço maior para pessoas com este tipo de atitude, de forma de pensar. Isto, para a democracia ou para a conquista de direitos, é desastroso. Nós já temos uma dificuldade enorme com o nosso Legislativo engessado, em tentar construir uma legislação que ampare a população LGBT, que criminalize a homofobia, que regulamente o casamento homoafetivo, diversas outras legislações que já deveriam ter sido elaboradas pelo nosso legislador e que não foram feitas. Isso também se deve a essa abertura, a esse fisiologismo político, essa troca de cargos por apoio político e abandono de causa (VAZ, 2014).

Neste sentido, afirma Kunsch (2007b, p. 59-60):

A sociedade civil assume hoje papel preponderante nos processos de participação social em defesa da democracia, dos direitos humanos e da cidadania, graças, sobretudo, à atuação dos movimentos sociais organizados, das ONGs e do terceiro setor como um todo, que extrapolam a relação de oposição ao Estado para fazer frente também ao mercado. [...] O papel preponderante da sociedade civil é influenciar a mudança do *status quo*, do poder do Estado e do mercado, para atender às demandas das necessidades emergentes locais, nacionais, regionais e globais. Em uma perspectiva conceitual mais clássica, é a luta pela conquista dos direitos à cidadania, da justiça e dos valores sociais.

A luta por melhores condições de vida pelas quais os movimentos sociais da causa LGBT passa também e, fundamentalmente, pela criação por parte destas organizações de estratégias adequadas de comunicação e pela construção e manutenção de relacionamentos sólidos com os públicos estratégicos, no caso a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Este

⁴ Dentre estas polêmicas, destacamos a votação do projeto da chamada “cura gay”, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), que propunha permitir aos profissionais de psicologia e psiquiatria a realização de terapias para reverter a homossexualidade, contrariando determinação de 1999 do Conselho Federal de Psicologia. O projeto foi aprovado na CDHM, composta em sua maioria por parlamentares evangélicos, mas acabou sendo retirado de tramitação a pedido do próprio Campos.

segmento precisa se sentir motivado a participar dos debates e isso é um papel que os movimentos devem assumir como objetivo chave.

2.4 COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO NOS MOVIMENTOS POPULARES: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Como podemos constatar, a chamada *sociedade civil organizada* tem um alto poder de articulação para reivindicar melhorias em setores que as esferas governamentais ainda apresentam soluções pouco eficazes. Kunsch (2007b, p. 60) observa:

No mundo contemporâneo, em face das grandes transformações no cenário político, econômico e social, assim como das incontáveis consequências geradas pelos fenômenos da globalização e da revolução tecnológica da informação que atingem o Estado-nação e a sociedade, sobretudo a partir dos anos 1990, formas emergentes de luta pela cidadania surgem em ritmo acelerado. [...] Tais fatos têm impulsionado reações e novas formas de luta da sociedade civil organizada em nível local, nacional, regional e global.

No entanto, estas lutas dos movimentos sociais, para serem legítimas e conseguirem êxito no que diz respeito à esfera macropolítica, ou pelo menos despertar a atenção dos governantes, precisam se pautar por uma comunicação que efetivamente atinja os públicos de interesse da organização. Todavia, Kunsch (2003, p. 72) adverte:

As organizações em geral, como fontes emissoras de informações para os seus mais diversos públicos, não devem ter a ilusão de que todos os seus atos comunicativos causam os efeitos positivos desejados ou são automaticamente respondidos e aceitos da forma como foram intencionados. É preciso levar em conta os aspectos relacionais, os contextos, os condicionamentos internos e externos, bem como a complexidade que permeia todo o processo comunicativo. Daí a necessidade de ultrapassarmos a visão meramente mecanicista da comunicação para outra mais interpretativa e crítica.

A comunicação nestes casos deve ser uma ferramenta para que o movimento possa cumprir seu objetivo de trazer uma transformação significativa no que diz respeito à causa social que ele defende. Outro objetivo da comunicação é o de

engajar seus públicos, porém com alguns cuidados, como observa Henriques (2007b, p. 65-66):

O desafio da comunicação em projetos de mobilização social é gerá-la de forma participativa. Cabem iniciativas descentralizadas do fazer comunicativo, distintas de uma comunicação manipulada, autoritária, unidirecional e paternalista. [...] A comunicação para mobilização, tendo este caráter dialógico, é também libertadora, já que um sujeito não tenta invadir ou manipular o outro, reduzindo-o a mero objeto ou recipiente, mas tenta, com o outro, problematizar um conhecimento sobre uma realidade concreta.

Na mesma linha, Peruzzo (1998, p. 276) defende a comunicação dos movimentos sociais a partir da perspectiva da participação. Segundo a autora:

A participação popular implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que o favoreçam. Em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos. Isso tem a ver com objetivos estratégicos, ou seja, aonde se quer chegar.

Neste sentido, constatamos que a atividade de Relações Públicas, dentro do composto da Comunicação Social, formado ainda pelas áreas de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, tem uma vasta possibilidade de atuação. Steffen (2009, p. 329) afirma:

Tratando-se de relações públicas, os elementos que compõem sua rede teórica – conceitos, definições e princípios – estão associados ao processo de relacionamento entre uma organização e seus públicos, o qual se estabelece em uma determinada sociedade. Uma vez que esse sistema social sofre influência do meio em que está inserido, pode-se afirmar que os conceitos teóricos nessa área do conhecimento devem, por excelência, corresponder a essa realidade.

Por estas razões, Kunsch (2003) defende que as Relações Públicas são possíveis de serem praticadas em qualquer tipo de organização. Nisto inclui-se também aquelas sem fins lucrativos, como as ONGs e os movimentos sociais, pois, na sua visão, “[...] *as relações públicas buscam criar e assegurar relações confiantes ou formas de credibilidade entre as organizações e os públicos com os quais elas se relacionam*” (KUNSCH, 2003, p. 102). Sobre as possibilidades para a área, o papel dos públicos e sua importância no processo de relacionamento dos movimentos populares, observa Peruzzo (2009, p. 428):

[...] cabe salientar que são consideradas atividades da área aquelas que se referem ao relacionamento desses atores com seus públicos e com o conjunto da sociedade. Público é um segmento identificado pela capacidade de competências e de interesses de seus componentes, que manifesta comportamento coletivo e consciência dos seus atos e com o qual a entidade se relaciona mais diretamente em razão de suas próprias necessidades ou de interesses específicos.

No caso do presente estudo, o público principal a ser fidelizado e chamado à luta por melhores condições de vida para si próprios é o LGBT. Periodicamente, somos informados acerca de crimes motivados por homofobia e transfobia. Conforme Vaz, “[...] a vítima de homofobia não leva um tiro, uma facada. Ela leva quinze, vinte facadas, dez tiros, tem a cara desfigurada, a genitália mutilada e isso aí é uma prática de ódio que a gente deve combater arduamente” (VAZ, 2014). Na opinião do advogado, o insucesso de muitas ações de combate ao preconceito se deve à falta de união do próprio movimento.

Primeiramente para que surtam os efeitos esperados nessas ações, os movimentos sociais, principalmente os ligados à causa LGBT, devem ser mais unidos. Pela Comissão da Diversidade Sexual, que há dois anos eu estou atuando à frente da OAB, a gente vê uma série de desavenças entre os próprios LGBTs, uma certa disputa até político-partidária entre as entidades e isso traz um malefício para a causa. Essa desunião e essa falta de harmonia de pensamentos e de atitudes são totalmente prejudiciais à causa, não tem como tu buscares na sociedade o amparo de direitos ou até mesmo apoio e sedimentar entendimentos com a população ainda preconceituosa se tu não praticas isto no teu contexto, dentro do teu convívio, de causa. [...] Enquanto não houver esta união de esforços, neste contexto atual de Legislativo engessado por bancadas conservadoras, pela falta de políticas públicas dos nossos agentes governamentais, enquanto não houver união das entidades e dos movimentos sociais, vai ser difícil de almejar muita coisa por aí. [...] para haver essa conquista de espaço, deve haver todo um histórico de união e de parcimônia entre discursos (VAZ, 2014).

Trabalhar a desunião dos movimentos é tarefa das relações-públicas visando o cumprimento de objetivos maiores, no caso, a criminalização da homofobia e a garantia de direitos aos LGBTs. “Esse envolvimento gera compromisso e amadurecimento do movimento e de seus membros, bem como dos profissionais que atuam nele” (CÉSAR, 2007, p. 86). No capítulo seguinte, discorreremos acerca das várias concepções de Relações Públicas apresentadas por diversos autores, assim como sua inserção no contexto da chamada comunicação comunitária, além de algumas reflexões sobre o planejamento da comunicação e suas possibilidades nas organizações populares quem atual em prol da população LGBT.

3 RELAÇÕES PÚBLICAS E POSSIBILIDADES PARA SUA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT NO BRASIL

No capítulo anterior, analisamos a trajetória e as variáveis político-legais para o movimento LGBT em âmbito nacional sob a perspectiva do contexto global de discussões acerca dos direitos humanos, iniciadas ainda no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Neste, nosso objetivo é explicitar as possibilidades para a área de Relações Públicas no cenário contemporâneo dos movimentos sociais cujo foco de atuação é o combate às opressões sofridas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero. De acordo com Kunsch (2009, p. 51):

Ao longo da história, a prática das Relações Públicas passou por grandes transformações. Por muito tempo uma função meramente técnica, ela é hoje entendida como uma função estratégica indispensável para que as organizações se posicionem institucionalmente e administrem com eficácia seus relacionamentos com os públicos estratégicos.

A atividade foi regulamentada no Brasil em 1967, com a criação do Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp), tornando-a exclusiva aos bacharéis e bacharelas em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas (KUNSCH, 2006; SCROFERNEKER, 2011). Naquele período, marcado politicamente pela ditadura militar, foi criada em 1968 a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), cujo objetivo era o de “[...] *vender o regime autoritário de forma massiva, disfarçando a censura mais violenta que o país já teve*” (KUNSCH, 2006, p. 43). Entretanto, o processo de redemocratização iniciado na segunda metade da década de 1970 teve impacto nas práticas de Relações Públicas, pois “[...] *começam a ser percebidas algumas mudanças, especialmente em relação ao entendimento da comunicação organizacional*” (SCROFERNEKER, 2011, p. 201).

Neste contexto de revisão da comunicação organizacional, destacamos o fortalecimento do campo conhecido como *Relações Públicas Comunitárias*. Conforme vimos no capítulo anterior, a redemocratização ocorrida no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 impulsionou o surgimento de movimentos sociais defensores de causas diversas, fato que despertou o interesse de acadêmicos e profissionais de Relações Públicas que “[...] *começam a conscientizar-se de que a*

área não pode continuar voltada apenas para empresas e governos. Elas devem estender-se a qualquer organização e também aos movimentos sociais” (KUNSCH, 2006, p. 45). No entanto, é válida a observação de César (2007, p. 83) a respeito da prática de Relações Públicas nos movimentos sociais:

[...] quando falamos de relações públicas comunitárias, tratamos de uma nova postura metodológica que não deve ficar restrita aos movimentos sociais periféricos, mas pode se dar em qualquer espaço de atuação, dependendo unicamente de um posicionamento do profissional da área. [...] São práticas coletivas que transcendem a satisfação objetiva das necessidades do aqui-e-agora, essenciais à nossa sobrevivência que devem estar articuladas entre todos os segmentos da sociedade, sejam eles de direita ou esquerda, empresariais ou populares, alinhados ou não a determinado partido político. Trata-se de um novo paradigma de intervenção do indivíduo como cidadão ante a sua realidade, assumindo papel fundamental de articulador e gestor da transformação social.

Neste sentido, consideramos importante o conhecimento acerca das diferentes concepções de Relações Públicas apresentadas por alguns dos principais autores da área, tais como Simões (1995) e Kunsch (2003; 2006; 2009; 2010). Elas são necessárias também para, num segundo momento, analisarmos a prática comunitária da atividade, cujo respaldo encontramos em teóricos como Peruzzo (1998; 2009; 2013), Kunsch (2007a; 2007b) e Henriques (2007a, 2007b), além de entrevista com a relações-públicas Vanessa Ourique Purper (APÊNDICE B)⁵.

3.1 RELAÇÕES PÚBLICAS: REFLEXÕES TEÓRICAS

A Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) definiu, em 1955, como conceito para a atividade “[...] o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente” (DEFINIÇÕES – ABRP. Acesso em 15/03/2014). Quase 60 anos depois, vários estudos nacionais e

⁵ Destacamos que, no decorrer da entrevista, Vanessa Purper mencionou o termo “opção sexual”. Mantivemos suas falas originais, embora a expressão mais aceita no meio social e no movimento LGBT seja “orientação sexual”.

internacionais foram dedicados para definir o que ela seria exatamente. Conforme Simões (1995, p. 45):

O termo Relações Públicas é polissêmico, isto é, possui vários significados. Verifica-se essa asserção, observando-se o discurso de todos aqueles que tratam do assunto, pois com essas palavras visam identificar vários objetos. Isto deve ter uma razão que se acredita ser o tratamento histórico-empírico que o assunto recebeu, sem a preocupação de caracterizar bem o que se desejava explicar.

Este autor posiciona as Relações Públicas a partir de seis termos, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Os vários significados do termo Relações Públicas

Processo – Função – Atividade – Profissional – Cargo – Profissão
--

Fonte: Simões (1995, p. 45)

Dentro das possibilidades propostas por Simões (1995), nos deteremos nas reflexões propostas por este e outros pesquisadores sobre a *atividade* de Relações Públicas e sua importância para toda espécie de organização. “*Por conter aspectos de decisão, de relação de poder, de comunicação, classifico-a de política*” (SIMÕES, 1995, p. 46). O termo “função organizacional política” é assim explicado por Simões (1995, p. 83):

A função política da organização [...] objetiva que através de filosofia, políticas e normas, a atuação da organização e do que isso implica [...] ocorra e seja percebida como realizada em benefício dos interesses comuns que possui com seus públicos. [...] Se assim o fizer, em princípio, a organização (suas decisões) será percebida como legítima, evitará conflitos no processo de transação com seus públicos e fará com que os mesmos lhe sejam fiéis e, além disso, multiplicadores de outros membros. [...] a função e a atividade Relações Públicas, além de se ocuparem da valorização do público interno, fazem-no também em relação às pessoas que compõem os demais públicos, numa verdadeira reação em cadeia.

Em contrapartida para Kunsch (2003, p. 104-105), as Relações Públicas são uma atividade estratégica no composto organizacional, uma vez que ela deve trabalhar o posicionamento da organização perante a sociedade, além de contribuir para a formação de sua identidade e das percepções dos públicos acerca dela

(imagem). A comunicação, em sua opinião, é utilizada para a criação de uma confiança mútua entre os dois membros do subsistema. Todavia, a autora adverte:

[...] como função estratégica, as relações públicas devem, com base na pesquisa e no planejamento, encontrar as melhores estratégias comunicacionais para prever e enfrentar a reação dos públicos e da opinião pública em relação às organizações, dentro da dinâmica social. Lidam com comportamentos, atitudes e conflitos, valendo-se de técnicas e instrumentos de comunicação adequados para promover relacionamentos efetivos. Administram percepções para poder encontrar saídas estratégicas institucionalmente positivas. [...] A comunicação é um instrumento vital e imprescindível para que as relações públicas possam mediar relacionamentos organizacionais com a diversidade de públicos, a opinião pública e a sociedade em geral.

Na mesma linha de Kunsch, Ferrari (2009, p. 139) também enxerga as Relações Públicas pelo viés da importância da construção de relacionamentos sólidos com os públicos de interesse da organização. Para esta autora, estes só serão possíveis a partir do conhecimento prévio, por parte da organização, das necessidades e expectativas desses públicos:

A visão contemporânea de Relações Públicas reforça a importância dos relacionamentos com os públicos para a existência e permanência das organizações em seu ambiente. Relacionamento pode ser considerado como uma série de interações de interdependência entre duas ou mais partes. Ele é intrinsecamente dialógico e, portanto, o profissional de relações públicas deve conhecer as características de cada um dos públicos estratégicos da organização para se relacionar de forma efetiva com cada um deles. Por outro lado, o relacionamento propicia uma identificação dos públicos para com a organização. Esse é um dos pontos chave do trabalho de Relações Públicas: conhecer as expectativas dos públicos para adequar o formato dos relacionamentos com cada um deles.

O relacionamento, sob esta perspectiva, é aspecto fundamental para uma organização, pois os públicos são a parte do subsistema que legitima – ou não – as suas ações. Baseggio (2012, p. 22) elucida:

A organização não existe sem os públicos, sendo importante identificá-los e conhecê-los, classificando-os e segmentando-os a fim de melhor apropriar suas ações de comunicação (linguagens, canais, estratégias, etc.). A base da existência dos públicos é a relação, a necessidade de troca de experiências entre as pessoas [...]. Qualquer indivíduo ou grupo pode afetar a organização, ou ser afetado pelas suas ações, decisões, políticas, práticas ou resultados. Identificados os públicos afetos à organização e de interesse da mesma, compete avaliar a qualidade dos seus relacionamentos, e à comunicação está reservado o trabalho de facilitar o estabelecimento do processo de relacionamento estratégico.

É necessário que tenhamos em mente que além de facilitar a interação entre a organização e os seus públicos de interesse, a comunicação precisa agir no sentido de fidelizá-los. No caso dos movimentos sociais e de outras organizações sem fins lucrativos, podemos afirmar que além de fidelizar, a comunicação é um importante meio para engajar esses públicos, ou seja, fazer com que eles além de se identificarem com a causa da organização, sejam também seus propagadores. Neste sentido, acreditamos na necessidade de planejar este processo estratégico e nas Relações Públicas como atividade de gestão e mediação. Para Kunsch (2003, p. 216-217), “[...] o planejamento é realmente imprescindível, para que uma organização possa delinear-se para o futuro e ser uma força ativa constante, já que ele permite um revigoramento contínuo das atitudes do presente”.

3.1.1 Interfaces entre Relações Públicas e planejamento de comunicação

O planejamento é um processo dinâmico, sempre sujeito a ajustes e mudanças quando necessário, considerando-se as variáveis do micro e do macroambiente. Consiste na tomada de decisões antecipadas sobre o que, como e quando fazer. Está situado dentro de contextos e realidades de pessoas e organizações (KUNSCH, 2003). Neste sentido, consideramos as Relações Públicas como uma atividade responsável pela gestão estratégica e pelo planejamento da comunicação organizacional. Kunsch (2010, p. 42-43) esclarece:

A comunicação organizacional deve ser entendida de forma ampla e abrangente, vendo-se como se processa a comunicação dentro das organizações e toda sua ambientação social, política e econômica. Como fenômeno inerente à natureza das organizações e aos agrupamentos de pessoas que a integram ou com ela interagem, a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos, além de todos os seus elementos constitutivos e a construção de sentidos dos sujeitos e/ou agentes integrantes em diferentes momentos e contextos. Nesse âmbito complexo faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social. Essa comunicação acontece e se processa em todos os tipos de instituições e organizações: públicas, privadas e do terceiro setor.

Podemos constatar que a comunicação organizacional é também o principal mecanismo para que os públicos criem um posicionamento acerca das ações da organização, seja ele favorável ou não. Portanto, “[...] *para que melhor se efetive a comunicação, é preciso definir o que dizer, a quem dizer, de que forma e o resultado pretendido*” (BASEGGIO, 2012, p. 15). No caso dos movimentos sociais que lidam com a temática LGBT, sua comunicação deve ser planejada levando em consideração questões sociais e psicológicas, além da realidade econômica destas organizações. Neste sentido, concordamos com Kunsch (2003, p. 147), quando ela considera as Relações Públicas a atividade mais habilitada a planejar a comunicação organizacional:

As relações públicas [...] possuem por si mesmas um caráter social que jamais pode ser deixado de lado. Daí a obrigação a elas reservada de contribuir para que as organizações norteiem sua dinâmica pela temática humana. Faz-se mister que as ações sejam conduzidas por um planejamento adequado e coerente com as características, o ambiente social, as necessidades, a realidade propriamente dita dessas organizações. E, sobretudo, que se considerem e cultivem os valores humanos, tendo as pessoas como referência e não perdendo a perspectiva do ‘mundo vivido’ na complexa sociedade em que estamos vivendo.

Consideramos que esta deve ser a essência da prática das Relações Públicas em âmbito comunitário. O universo não governamental vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, tornando-se um relevante nicho de mercado para a atividade. Entretanto, de uma maneira bastante diferente da observada nas esferas públicas e empresarial, como veremos a seguir.

3.2 RELAÇÕES PÚBLICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Conforme vimos, a comunicação denominada *comunitária* é um nicho de mercado em crescimento ao qual os profissionais de Relações Públicas devem prestar especial atenção. Isto se justifica pelo fato de que este tipo de comunicação, assim como a das grandes empresas e dos órgãos públicos, requer planejamento e estratégia. Peruzzo (2009, p. 418) afirma:

Comunicação comunitária é uma das definições para a comunicação popular, participativa, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, referindo-se ao processo comunicativo leva a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Esse processo ocorre no bojo de uma práxis de atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas. Portanto, entende-se a comunicação comunitária como aquela desenvolvida de forma democrática por grupos populares em comunidades, bairros, espaços on-line, entre outros, segundo seus interesses, suas necessidades e qualidades. Em outras palavras, é feita pela e para a comunidade.

O chamado *terceiro setor* é composto por ONGs, OSCIPs, associações comunitárias, instituições filantrópicas e também pelos movimentos sociais. A atuação destas organizações diferencia-se das esferas pública e empresarial (primeiro e segundo setores, respectivamente) por se desenvolver em espaços alternativos e diversos sem vínculos governamentais e por não ter a lucratividade como principal fim. São instituições privadas, mas de interesse público que procuram debater soluções para problemas sociais, contra os quais tanto os governos quanto o mercado não conseguem agir com efetividade (PERUZZO, 2013). Purper (2012, p. 58) destaca:

O crescimento do terceiro setor no Brasil apresenta grandes oportunidades de trabalho para os profissionais de comunicação social, em especial para a habilitação de relações públicas. Em função de sua essência – a de construir e manter diversos relacionamentos com públicos de interesse – e da sua capacidade de articulação e interação com a diversidade desses públicos, os profissionais da área de Relações Públicas oferecem, através de sua formação, um arsenal de técnicas e ferramentas úteis às organizações com foco no desenvolvimento social.

Estas novas possibilidades que se abrem podem ser justificadas pelas reorientações acerca das percepções sobre Relações Públicas. Steffen (2009, p. 330) acredita que “[...] é necessário reconhecer que, tanto a organização como o público exercem poder e capacidade de influenciar um ao outro no processo de busca de seus objetivos”. O pensamento desta autora se confirma quando analisamos organizações do terceiro setor, como os movimentos sociais, e suas estratégias de comunicação. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Henriques (2007a, p. 101):

[...] a comunicação dos movimentos pode ser caracterizada como um problema de relações públicas. Como qualquer tipo de organização

contemporânea, os movimentos ou projetos mobilizadores necessitam posicionar-se publicamente e entrar no espaço de visibilidade definido pelo sistema da mídia, por meio da produção estratégica de enquadramentos (*frames*). [...] os profissionais de relações públicas desempenham papel central na construção de enquadramentos como referências para orientar as percepções dos públicos e estabelecer relações efetivas com eles.

Henriques (2007a) entende este processo mobilizador dos movimentos sociais como sendo de Relações Públicas, pois se utiliza do relacionamento entre organizações e públicos, embora sem preocupações mercadológicas. Neste caso, o objetivo da comunicação deve ser o de mostrar à sociedade em geral que o problema norteador da existência e das ações do movimento é real e que necessita ser do interesse de todos a procura por soluções para ele. Tomando o exemplo deste estudo, enxergamos a homofobia como um sério problema da sociedade contemporânea, uma vez que seres humanos são agredidos ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual e as esferas governamentais pouco agem no sentido de combatê-la.

Esta acaba sendo a principal justificativa para os atos organizados pelos movimentos sociais defensores da causa LGBT. Porém, o sucesso das iniciativas depende, sobretudo, da criação de canais de comunicação efetivos e facilitadores de interação com os públicos de interesse das organizações. Sobre isto, Kunsch (2007a, p. 296) elucida:

A comunicação fortuita e casual, baseada na mera exibição de bandeiras de lutas, deve ser substituída por negociações que não podem prescindir de ações pensadas de forma participativa e estrategicamente planejadas. Tudo isso pressupõe que esses agrupamentos sociais estabeleçam políticas de comunicação e trabalhem de forma integrada com os atores envolvidos. A comunicação tem papel fundamental nesse novo contexto. Só com a abertura de canais eficientes é possível viabilizar o processo de interação entre as organizações e seus *stakeholders*, a opinião pública e a sociedade como um todo. Para tanto, o setor dela encarregado deve saber e poder administrá-la estrategicamente.

Na concepção da autora, a administração estratégica da comunicação passa pelo planejamento. Podemos, sob esta perspectiva, entender a comunicação comunitária pelo prisma da comunicação organizacional, uma vez que os públicos que se relacionam direta ou indiretamente com os movimentos sociais concebem imagens a respeito deles e que vão contribuir, ao longo do tempo para a reputação positiva ou negativa dessas organizações. Entretanto, a prática das relações

públicas comunitárias precisa estar atenta a alguns cuidados, como salienta Peruzzo (2009, p. 420-421):

[...] a inserção das relações públicas nos processos de mobilização social requer sintonia com a lógica que a motiva e sustenta a organização popular e comunitária. Não se trata de algo que vem de fora, interpelando e invadindo, mas sim, de dentro, construído em conjunto. E, também, não é o caso de o profissional de relações públicas constituir-se em representante ou mediador de organizações populares ou movimentos sociais, mas fazer com que estes se autorrepresentem. Isto significa que as relações públicas comunitárias acontecem no âmbito mais amplo de conscientização-mobilização-ação de movimentos e organizações sociais, e não de forma isolada.

Principalmente por razões financeiras, a comunicação muitas vezes fica de fora do planejamento estratégico dessas organizações. Neste sentido, alguns autores da área de Relações Públicas apresentam estudos com metodologias alternativas para as práticas comunicacionais e de relacionamento.

3.3 PLANEJAMENTO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS: DA TEORIA À PRAXIS

Já é consenso entre os autores estudiosos da comunicação comunitária de que os movimentos sociais podem e devem se valer dos instrumentos de Relações Públicas, tais como o planejamento, que deve ser baseado na participação com vistas à efetividade e à legitimação da luta pela causa defendida pela organização. Kunsch (2007a, p. 301) coloca:

Um trabalho de relações públicas nas organizações populares deverá basear-se em sua realidade situacional, inserindo-se em uma concepção libertadora de educação, na busca de suas transformações social e política. Esses princípios devem nortear os planos, projetos e programas elaborados para os mais diferentes grupos [...]. São microssociedades que postulam novos espaços, novas cidadanias e uma vida humana mais digna e justa, tentando resistir à opressão do poder público, político e econômico.

Na mesma linha, Peruzzo (2013, p. 96) coloca como possibilidade a integração também das áreas de jornalismo e publicidade e propaganda neste trabalho, como facilitadoras da interação dos movimentos com seus públicos de

interesse. Em sua opinião, isto alteraria também os aspectos operacionais da comunicação organizacional, tornando-a compreensível para o público a que se deseja atingir.

A comunicação mobilizadora, entendida como aquela que ocorre na relação com o público beneficiário/sujeito das atividades, passa a ser algo construído, a partir das demandas do grupo, e pressupõe o respeito à dinâmica interna e coletiva da própria entidade ou movimento, bem como do público em questão. Não se trata de auscultar o público para melhor adaptá-lo aos interesses da instituição, como fazem as empresas, mas para atender às necessidades dele. Já a comunicação institucional, dirigida especialmente aos públicos externos, se encarrega da visibilidade pública, em torno da reputação que se almeja, no conjunto da sociedade. Porém, esta não opera apenas em função desse tipo de interesse organizacional, mas visa conquistar espaço político, na formação do imaginário cultural coletivo e na disputa pela hegemonia.

A *práxis* da comunicação nestes casos não se fundamenta em dicotomias como patrão e empregado ou professor e aluno. Todos os participantes, através do debate e dos consensos, contribuem para a construção de conhecimento do grupo que será base para suas estratégias de relacionamento. Por exemplo, atividades atribuídas aos profissionais de comunicação, como a criação de blogs e jornais informativos, não serão necessariamente executadas por eles (PERUZZO, 2013). Neste sentido, Kunsch (2007a, p. 302-303) defende a importância do planejamento participativo nos movimentos sociais:

O processo de comunicação dessas organizações deve basear-se em um planejamento participativo, o que não se reduz simplesmente a estimular o envolvimento de pessoas. [...] O planejamento participativo, portanto, deve ser entendido como uma forma de contribuir para reais mudanças na realidade que se procura equacionar. Essa participação deve ser verdadeira e não simulada. [...] O enfoque participativo do planejamento só será respeitado se os planos, projetos e programas de comunicação forem desenvolvidos dentro de um processo em que há troca de informações e ideias na busca de um consenso para a tomada de decisões com vistas à transformação da realidade situacional.

Percebemos assim que não existe comunicação nos movimentos sociais sem a participação de todos os atores envolvidos na causa, ou seja, numa perspectiva das Relações Públicas, os seus públicos. Comunicar com eficiência coloca-se como um desafio para estas organizações, uma vez que é um fator imprescindível para o sucesso das mobilizações. Entretanto, seu planejamento precisa tomar alguns cuidados, como observa Henriques (2007b, p. 29-30):

[...] o planejamento da comunicação em projetos de mobilização comporta um dilema básico, uma vez que a excessiva preocupação com o planejamento acarreta um risco de cristalização do movimento, institucionalizando-o e burocratizando-o a ponto de impedir a vinculação espontânea dos indivíduos, por meio de uma conjugação entre os instrumentos de comunicação e o acesso dos públicos às informações. [...] A comunicação é imprescindível para os movimentos sociais sendo, ela própria, o fator de coordenação de ações de mobilização. No entanto, deve ser plástica e flexível o suficiente para não corromper o dinamismo dos desejos e interesses das pessoas mobilizadas e, assim, assegurar a participação democrática desses atores.

Sem desmerecer o papel das atividades de jornalismo e publicidade e propaganda no contexto da comunicação comunitária, consideramos que as Relações Públicas oferecem ferramentas mais efetivas para o seu planejamento, conforme temos discorrido ao longo de nosso trabalho. *“Sua atuação é uma valiosa contribuição para as organizações e para os movimentos sociais, podendo minimizar situações de crise e potencializar resultados positivos, à medida que possibilita conhecer os públicos e criar e manter relacionamentos bem sucedidos entre eles”* (HENRIQUES, 2007b, p. 60). Na mesma linha deste autor, Peruzzo (2009, p. 430-431) define a essência da prática das relações públicas comunitárias:

Em suma, o eixo do *que fazer* das relações públicas comunitárias é o relacionamento social das organizações e dos movimentos populares entre si, com os seus públicos e com a sociedade ou, em outros termos, com a “opinião pública”. Outro diferencial da área é a contribuição para o aperfeiçoamento do planejamento da comunicação em uma visão de conjunto. Isso significa que as relações públicas vão além da assessoria de imprensa e que suas atividades partem de estudos (diagnósticos) dos públicos e são executadas de modo criterioso, com a preocupação da avaliação contínua do processo para que eventuais mudanças e ajustes possam ser feitos se ocorrerem situações imprevistas e crises.

A criação de relacionamentos sólidos é uma das principais estratégias para tornar legítima a luta dos movimentos sociais em prol das causas por eles defendidas. Ainda mais em questões delicadas, como a LGBT, que envolve vidas humanas e a violência contra elas com justificativa na orientação sexual.

3.4 TEMÁTICA E MOVIMENTO LGBT: ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

A principal causa da existência de organizações como os movimentos sociais é a luta por uma causa que necessita de debates e de resoluções mais efetivas no que diz respeito a leis e políticas estatais, caso da temática LGBT. No que diz respeito à visibilidade dos movimentos sociais no atual contexto do que chama de *midiatização*, observa Henriques (2007b, p. 18):

Os movimentos sociais, diante deste espaço midiatizado, procuram transformar as lutas por reconhecimento em lutas por *visibilidade*. Fazer-se ver e ouvir encontra-se no centro das turbulências políticas do mundo moderno. A busca pela visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo à mobilização dos que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal.

No entanto, acreditamos que a mídia é uma importante divulgadora da causa LGBT, ao colocá-la, por exemplo, nas telenovelas⁶. O caso mais recente de abordagem desta temática na teledramaturgia e que provocou inúmeros debates ocorreu na novela da Rede Globo *Amor à Vida*, em que o antagonista Félix (Mateus Solano) reprimia sua homossexualidade – para agradar o pai, César (Antônio Fagundes), um médico machista e homofóbico, ele casou-se com Edith (Bárbara Paz), mas mantinha um caso com um garoto de programa. No decorrer da novela, observamos a humanização de Félix, que se apaixonou por Niko (Thiago Fragoso), terminando a trama ao lado dele e protagonizando o primeiro beijo entre dois homens em novelas⁷. O fato teve repercussão imediata e, em sua maior parte,

⁶ Para maiores informações a respeito da temática LGBT na teledramaturgia, recomendamos TRINDADE, Welton Danner. **Os efeitos de personagens LGBTs de telenovelas na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp137531.pdf>. Acesso em 13/05/2014.

⁷ O primeiro beijo entre duas pessoas do mesmo sexo na televisão foi exibido em 12 de maio de 2011 na novela do SBT *Amor e Revolução*, envolvendo duas mulheres, Marina (Gisele Tigre) e Marcela (Luciana Vendramini). O ocorrido teve pouca repercussão na época, apenas proporcionou um pequeno crescimento à baixa audiência da trama. Em 2005, a novela *América*, da Rede Globo, também causou polêmica com o casal Júnior (Bruno Gagliasso) e Zeca (Eron Cordeiro). Uma das atrações prometidas para o último capítulo da trama era um beijo entre o casal, que teria sido gravado pelos atores, mas vetado pela direção horas antes de ir ao ar.

positiva, pois também mostrou a aceitação de toda a família do personagem, inclusive seu pai. Sobre o ocorrido, destaca Vaz:

Eu entendo que a mídia tem fundamental importância na conquista de espaços e na legitimação da causa LGBT. Muito embora, como defensores da causa, ainda a gente entenda que tenha sido meio tardio, mas ele foi extremamente válido para mostrar a nossa sociedade mais aberta que a gente almeja um espaço maior, uma conquista maior de direitos. Eu entendo que esse protagonismo, realizado pela última novela das nove, no horário nobre, esse fator foi essencial para que muitas pessoas ainda fadadas ao preconceito pudessem entender, pudessem se abrir para entender o que significa o afeto entre as pessoas, ou pelo menos respeitar, aprender a conviver com afeto entre as pessoas do mesmo sexo e os LGBTs (VAZ, 2014).

Todavia, Vaz ainda observa pontos a serem melhorados nesta abordagem:

A gente viu toda abordagem no início, como os gays, as lésbicas, os travestis são tratados, principalmente por novelas, por séries como aquela parcela marginalizada. O casamento do casal gay que tinha na novela, no meio da trama ele se desfez, tu não vês uma continuidade na felicidade dos LGBTs. Ainda que tenham sido abordados na novela, que teve o beijo no final, mas durante a novela teve a marginalização do Félix, que era uma pessoa má, o outro casal gay que não foi feliz. Então sempre essa marginalização ainda é visível nos seriados, nas novelas. Acredito que isso aí tenha que mudar. E o papel da imprensa, da mídia, essa exposição da mídia não ridicularizada, mas como pessoas normais que todos são é importante (VAZ, 2014).

Atuante no terceiro setor durante oito anos, a relações-públicas Vanessa Ourique Purper enxerga que esta abertura, principalmente da Rede Globo, para a temática LGBT, pode ser justificada pela ação de organizações como os movimentos sociais que trazem o assunto para o debate, além da necessidade da emissora, enquanto uma empresa, de se adaptar ao cenário da atualidade. Em entrevista concedida a este autor, ela observa:

Eu penso que tem uma função social bem importante, nós sabemos que a questão da opção sexual está posta há muito tempo. De uns tempos para cá, ela começou a tomar força, em função dos movimentos sociais, das ONGs, das OSCIPs que batalham por essa causa e eu penso que é uma manobra muito bem articulada. É importante para a Rede Globo ter legitimidade junto à população brasileira, junto aos seus telespectadores. [...] Eu acho que é uma jogada bem estratégica da TV Globo, ainda mais em ano de eleição, tem questões políticas e econômicas sempre voltadas e que perpassam os desejos das grandes redes e em especial da Rede Globo. [...] A empresa é uma empresa, é uma organização como outra qualquer que tem seus objetivos, que tem as suas políticas, as suas filosofias e tem os seus alinhamentos com o poder público (PURPER, 2014).

Porém, apesar da visibilidade obtida pela temática LGBT através da mídia e que consiste numa importante oportunidade para os movimentos, Purper julga importante a atuação das organizações do terceiro setor existentes para combater o preconceito ocasionado por questões referentes à orientação sexual, pois ainda se trata de um espaço que os governos agem com pouca ou nenhuma efetividade, deixando-o em aberto. Ela destaca que mesmo dificuldades financeiras não são empecilho para os militantes para lutar por uma causa:

Os movimentos sociais que lutam por causas bem específicas são bem louváveis porque muitas vezes trabalham com pouquíssimo recurso, mas com muita energia, com muito amor, com muito coração, com muita fé. Eu vejo que quando a gente acredita numa coisa e essa coisa é de fato do bem, isso faz diferença numa sociedade e eu fico honrada de saber que existem muitas pessoas no mundo e no Brasil que trabalham por essas causas, muitas vezes sem ganhar nada. O retorno é muito mais pessoal do que financeiro (PURPER, 2014).

Neste contexto de importância, a relações-públicas inclui os movimentos sociais defensores de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais:

[...] organizações que trabalham em prol da defesa dos direitos das lésbicas, dos gays, dos transexuais e dos bissexuais têm um papel bastante importante, a gente sabe que isso é uma realidade, essas pessoas precisam ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão em vários níveis, não só a permissão de caminhar livremente na rua e não ser espancado por um bando de idiotas e até o ponto de construir um patrimônio, de doar um nome, de construir uma família. Então, eu vejo uma causa muito nobre nesse sentido. Eu tenho um respeito muito grande pelas pessoas que fazem parte desses movimentos e pelas organizações que estão até hoje batalhando para que essas pessoas com essas opções tenham seus direitos garantidos e seu espaço na sociedade de várias formas, não só na questão jurídica, mas também na questão da saúde. São seres humanos, [...] isso deve ser respeitado em qualquer instância (PURPER, 2014).

Os movimentos sociais defensores da causa LGBT também possuem suas estratégias próprias de visibilidade, algumas em parceria com o poder público - tais como as paradas do orgulho LGBT de várias cidades brasileiras e do mundo - e outras ao lado de outras organizações da sociedade civil, como passeatas e “beijaços”. Na visão de Purper, trata-se de “instrumentos de alerta”, pois traz a temática para a população, além de contar com o apoio da mídia:

Eu penso que é um instrumento muito bom de alerta. Tem muita gente que acaba tomando conhecimento dessas causas em função dessas ações que acontecem nos espaços públicos especialmente, nas áreas que são compartilhadas nas cidades, nas praças, nos parques, caminhadas. A gente tem a mídia como apoio nesse sentido, acaba virando pauta dos veículos, e pessoas que talvez não tivessem sequer o conhecimento a respeito dessas situações, podem conhecer em função dessas oportunidades, em função dessas iniciativas que os movimentos têm. Eu penso que a razão pela qual isso é feito como é feito nos dias de hoje no nosso país também não é grátis, tem uma razão de ser. Eu tenho certeza absoluta que durante muito tempo os homossexuais existiram e ficaram velados, guardados, sem se expor de nenhuma forma em função da sociedade, em função da mentalidade reacionária dos nossos espaços, por questões familiares também, pois não são todas as famílias que aceitam as opções dos filhos, dos sobrinhos, das pessoas que têm por natureza uma opção diferente (PURPER, 2014).

Outro aspecto positivo para Purper é a participação de pessoas que não são LGBTs e de organizações sem vínculos formais com esta causa nas iniciativas. Na opinião da profissional, estes apoios são importantes, uma vez que trazem legitimação para a luta destes movimentos sociais e para suas bandeiras, como por exemplo, a criminalização da homofobia:

[...] esse tipo de atividades, como os “beijaços” e as paradas livres, cumprem essa função. Isso vem crescendo, os números mostram esse crescimento, cada vez mais têm pessoas engajadas, cada vez têm mais pessoas que são simpatizantes da causa. Eu não sou gay, eu não sou lésbica, eu não sou transexual, eu não sou bissexual, mas eu vou na caminhada porque eu acho importante estar presente, ser mais um [...] fazendo a minha parte: apoiando a causa e mostrando que existe harmonia nisso também e não é porque essas pessoas têm opções sexuais diferentes que elas não podem pertencer a esta mesma sociedade. Então eu julgo muito importante esta iniciativa e acho isso especialmente importante quando existe engajamento de outros setores. A gente vê normalmente nessas paradas, nesses beijaços muitas organizações que não têm como causa a questão LGBT, mas que apoiam, que estão presentes, que assinam esses *statements*, e estão juntos para dar força, para dar corpo e dar voz para essas ações (PURPER, 2014).

Dada a importância e a relevância que a questão LGBT vem obtendo nos últimos anos, Purper pondera que as organizações que trabalham com esta causa constituem uma excelente oportunidade para a atividade de Relações Públicas, uma vez que ainda são espaços que as autoridades governamentais deixam em aberto. Além disso, ela ressalta ser importante a troca com profissionais das áreas de Jornalismo e Publicidade e Propaganda:

A atuação do profissional de Relações Públicas no terceiro setor eu vejo como de extrema valia e essencial, eu diria em função das características

que um bom profissional de Relações Públicas deve agregar, que são elas: qualidade de administração, gestão de projetos, gestão financeira, a questão humana também em especial porque a gente tem como tarefa essencial a harmonia entre os objetivos da organização e o alcance desses objetivos com os públicos. Então, a atuação do profissional nesse sentido, com alma, coração e técnica faz toda a diferença na minha opinião. Uma coisa que eu acredito que seja bem importante de pontuar também é que a gente, por estudar Comunicação Social, acaba tendo contato com outras técnicas que as habilitações de Comunicação dominam. Por exemplo, a função de um folheto, a função de um jingle, a função de um VT, noções de edição. Pode ser que a gente não domine o fazer, a gente não saiba usar um software de edição de vídeo, mas a gente consegue trabalhar com os profissionais que fazem isso para dizer que o nosso objetivo é “x” e que, portanto, o código daquela imagem pode ser melhorado (PURPER, 2014).

Para o profissional de Relações Públicas em especial, ela acredita que existem habilidades necessárias e que podem ser trabalhadas ao longo do exercício das suas funções. Dentre estas, são destacadas a ética, o respeito às diferenças, a calma e o equilíbrio, pois temos um universo em que poderão ser encontradas variadas adversidades e o relações-públicas precisará estar preparado para lidar:

Muitas vezes os movimentos sociais, as organizações do terceiro setor trabalham com uma verba restrita, trabalham com questões muito problemáticas para algumas sociedades, muitas vezes precisam enfrentar situações de violência, inclusive em função da sua causa. [...] Conhecimento também das causas e das situações, conhecimento da história, o que aconteceu antes para a gente estar aqui agora com esta situação batalhando para que ela se transforme. Eu acho que esse conhecimento é importante de ser recolhido durante essa caminhada. Isso facilita a execução dos trabalhos, isso facilita a identificação das ferramentas corretas. Adequação é uma coisa que um profissional de Relações Públicas, um profissional de comunicação em geral precisa ter, ser muito adequado na sua postura, na sua conduta e nas suas proposições ao planejar situações e ações, situações que queiram ser modificadas através de ações, quais ações, que tipo de ações e para que não caia também no pecado de em estar lutando pela causa e eu acabe me tornando como meu algoz, fazendo os mesmos erros e prestando o mesmo tipo de desserviço em função de má utilização da linguagem, do respeito e do contar com outros grupos em função dessas diferenças (PURPER, 2014).

Com base nos pressupostos teóricos expostos pelos autores até aqui analisados, nas palavras da relações-públicas Vanessa Ourique Purper e no cenário contemporâneo para a questão LGBT exposto no capítulo anterior, propomos para o capítulo seguinte uma inserção de Relações Públicas em um movimento social defensor desta causa. Tal inserção se dará, mais especificamente, na setorial LGBT do movimento *Juntos!*, cujo histórico e atuação também apresentaremos a seguir.

4 UMA INSERÇÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NA SETORIAL LGBT DO MOVIMENTO *JUNTOS!*

No capítulo anterior, expusemos algumas reflexões teóricas de alguns dos principais autores da área de Relações Públicas acerca da atividade e de suas possibilidades de inserção no contexto da comunicação comunitária enquanto gestora dos processos comunicativos dos movimentos sociais e, numa perspectiva mais específica, dos defensores da causa LGBT, além de analisarmos a visibilidade desta temática nos meios midiáticos. Vimos que o planejamento é a essência da atividade, porém ele não pode ser pensado apenas no sentido de criar uma imagem positiva da organização perante seus públicos. No caso dos movimentos sociais e de outras instituições sem fins lucrativos, tanto as estratégias quanto as práticas de Relações Públicas devem ter como mote central a legitimação da causa, estando acima de eventuais conflitos internos e com outras organizações.

Conforme abordamos, as práticas de Relações Públicas no Brasil começaram a passar por mudanças no contexto do final da Ditadura Militar, pois surgiram debates sobre a sua viabilidade nos movimentos sociais. Sobre isto, pontua Purper:

Penso que os profissionais de Relações Públicas estão mais qualificados tecnicamente para usar as ferramentas de Comunicação Social em favor das organizações em geral e, em especial, as organizações como os movimentos sociais [...]. Se uma sociedade está tão desregulada no sentido de não permitir que seja garantido o direito de opção sexual, tem muito espaço para que a sociedade civil se movimente, se mobilize e se valha das competências do profissional de comunicação, em especial dos de Relações Públicas, para tornar tão comum, acessível, ético, objetivo, harmonioso esse estar. [...] E eu acredito que os profissionais de Relações Públicas têm o dever de fazer isso, o dever de compartilhar informações, de tornar acessíveis as informações, de alertar outros grupos para o respeito, para a serenidade, para a ética e para o equilíbrio das sociedades. (PURPER, 2014).

Confirmando o que Purper relatou, observamos na sociedade contemporânea uma série de movimentos sociais que reivindicam a criminalização da homofobia, melhorias e aprovação de leis que beneficiem e protejam gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Um exemplo de movimento social que batalha por esta pauta, além do combate a outras espécies de preconceito, como racismo e machismo, é o *Juntos!*. Neste sentido, a proposta deste capítulo reside em analisar,

sob as perspectivas de Relações Públicas, o movimento *Juntos!* como um todo e, posteriormente, a setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, cujo foco de atuação é a reivindicação por melhorias para a população LGBT, além de verificar como ela é vista por seu público. Para tanto, entrevistamos o militante da organização Lucas Boni Maróstica (APÊNDICE C) e efetuamos pesquisas qualitativas com base nas técnicas de inserção/observação participante (PERUZZO, 2010) e grupo focal (COSTA, 2010).

4.1 *JUNTOS!*: HISTÓRICO E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

O *Juntos!* é um movimento social cujo principal público é a juventude brasileira inconformada com as injustiças do mundo e que se dispõe a combatê-las. Sua fundação se deu em São Paulo em junho de 2011, durante um congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), colocando-se como “*a juventude em movimento pela educação de qualidade, em defesa do meio ambiente, contra o preconceito e por uma sociedade com liberdade e igualdade para todos*” (*JUNTOS!, QUEM SOMOS?*. Acesso em 15/05/2014). No site do movimento, encontramos:

Juntos! é a juventude dos indignados: dos tunisianos, egípcios, espanhóis, chilenos. Somos aqueles que estão sem emprego, sem educação, sem cultura, sem casa, mas também sem medo de lutar! Somos aqueles que estão em defesa da Amazônia nos atos contra a construção de Belo Monte e contra o novo Código (anti-) florestal! Somos aqueles que estão nas lutas contra todas as formas de preconceito, seja de gênero, etnia, idade, credo. Somos todos aqueles que estavam nas Marchas da Liberdade, das Vadias, no #ForaRicardoTeixeira, contra a corrupção, nas paradas LGBT. Somos aqueles que tomamos as ruas e lutamos por uma #DemocraciaRealJá! (*JUNTOS!, QUEM SOMOS?*. Acesso em 15/05/2014).

Em 15 de julho de 2011, realizou-se o I Encontro Nacional do *Juntos!* na cidade de Goiânia (Goiás). No evento, foram firmados os princípios da existência do movimento:

- Somos um movimento de juventude ligado às lutas internacionais;
- Temos o compromisso com a construção de uma educação popular e emancipadora, acessível a tod@s;

- Defendemos a diversidade e a liberdade, o combate ao machismo, o racismo e a homofobia;
- Reivindicamos um projeto de sociedade ecossocialista;
- A utilização e a defesa da internet como um meio de comunicação livre e a serviço das nossas lutas (*JUNTOS!*, MANIFESTO DE GOIÂNIA. Acesso em 16/05/2014).

Na fundação do *Juntos!*, estiveram presentes várias pessoas ligadas ao PSOL, tais como a vereadora em Porto Alegre Fernanda Melchionna, o que em alguns casos acaba fazendo com que muitas pessoas erroneamente confundam as organizações e pensem que se trata de uma só, fato que acaba muitas vezes afastando novos possíveis militantes, devido ao descontentamento destas pessoas com os partidos. Militante do movimento e filiado à legenda, o estudante universitário gaúcho Lucas Boni Maróstica esclarece, em entrevista, esta questão:

Eu acho que o *Juntos!* para nós é uma ferramenta diferente do PSOL porque ele pretende organizar a juventude brasileira, ao contrário do PSOL, que tem um projeto muito mais amplo, um programa socialista, toda uma outra lógica. Mas a verdade é que os partidos têm encontrado muita dificuldade para dialogar com a população em geral. Olha o que são as maracutaias no Congresso, na Câmara, nos governos. A população rechaça os partidos também. Então o *Juntos!* é uma forma de organizar a juventude anticapitalista que não queira se organizar num partido para lutar por suas causas. Por vezes, aparenta ser um projeto muito parecido com o do PSOL, pois o PSOL tem um mandato que debate a questão LGBT e o *Juntos!* tem uma setorial LGBT. Nós temos semelhanças e não escondemos essas semelhanças (MARÓSTICA, 2014).

Apesar de enxergar positivamente a relação entre o movimento e o partido, Maróstica ressalta ser importante o entendimento de que se tratam de organizações diferentes, mas com ideais em comum. Neste sentido, ele considera que seja necessário que o *Juntos!* deve deixar bem claras as suas diferenças com o PSOL, o que na sua opinião, vem acontecendo cada vez mais:

Eu acho que o *Juntos!* deve manter sua independência do partido, ele tem caminhado para isso. Conforme a gente vai crescendo, vai ficando cada vez mais clara, a meu ver, essa separação, o que é o *Juntos!*, o que é o PSOL. O *Juntos!* anima uma rede de cursinhos populares, o Emancipa, lá em São Paulo, uma série de questões que nos diferenciam do PSOL. Por exemplo, em Porto Alegre, em 2012, a gente achou que deveríamos ter como candidata a Fernanda, pois foi uma linha do *Juntos!* para aquele período, de ocupar a política. A gente ocupou a política pelo PSOL, que é um partido que nas nossas lutas, quando a gente vai pra rua, é o PSOL que está na

rua também. Então, a gente tem proximidade ideológica com o PSOL, talvez até mesmo com o PSTU em alguns sentidos, estamos participando de uma construção ampla com o PSTU em nível nacional (MARÓSTICA, 2014).

No programa do PSOL⁸, destacamos o compromisso da legenda com a defesa dos direitos de segmentos oprimidos da sociedade, tais como negros, mulheres e LGBTs, pautas que também foram colocadas como bandeiras de luta no Manifesto de Goiânia, documento base do *Juntos!*. O combate ao racismo, ao machismo e à homofobia é a base das ações de três das setoriais do movimento, *Juntos Negras e Negros*, *Coletivo Juntos!* e *Juntos Pelo Direito de Amar*. As outras setoriais do *Juntos!* são o *Juntos nas Escolas*, voltada para estudantes secundaristas e o *Juntos, Não Mude o Clima, Mude o Sistema*, cujo foco é o meio ambiente.

Embora as duas organizações tenham plataformas de ação e semelhanças no que diz respeito às temáticas que colocam em debate, podemos avaliar que se trata de um relacionamento muito comum no universo dos movimentos sociais, que é a parceria entre estes e os partidos políticos que selam compromisso com suas pautas (PERUZZO, 1998; FACCHINI, 2009). Sobre o caso específico do *Juntos!* e do PSOL, várias pessoas ligadas ao movimento, como o próprio Maróstica e a vereadora Fernanda Melchionna, se candidataram nas eleições municipais de 2012 pelo partido por considerarem necessário “ocupar a política”, não ficando restritos apenas a debates internos. Porém, o estudante é favorável à independência do *Juntos!* para fins de manutenção do caráter não governamental da organização:

[...] lá em 2012, eu nunca tinha pensado em ser candidato. Só que o núcleo do *Juntos Pelo Direito de Amar* reunia dez pessoas e elas chegaram à conclusão de que não dava para ficar só nas reuniões, debatendo formação política. Nós temos que ocupar a política, pois não tínhamos um candidato nosso. A gente decidiu que ia ter e a gente decidiu que ia ser pelo PSOL e eu fui candidato pelo PSOL. Não fui, foram só 40 dias, mas porque foi uma decisão do coletivo e eu acabei sendo candidato naquele período. Acredito que nesta eleição, nós não teremos tantos candidatos do *Juntos!* pelo PSOL. São duas ferramentas distintas, atuam de maneiras distintas, o PSOL é mais institucional, o *Juntos!* é mais movimento social. Então, a gente está sempre aí, fazendo a nossa pressão aos governos, às câmaras, aos parlamentos, a gente não se abstém de criticar a institucionalidade, não se abstém de criticar a Câmara, os parlamentares, por termos uma proximidade com o PSOL, apesar de que nós reconhecemos o PSOL como um partido importante (MARÓSTICA, 2014).

⁸ O programa do PSOL está disponível em <<http://www.psol50.org.br/Store/Arquivos/PROGRAMA%20DO%20PARTIDO.pdf>>. Acesso em 19/05/2014.

No que diz respeito à sua comunicação organizacional, o *Juntos!* se utiliza de diferenciados canais, tais como o seu jornal impresso (ANEXO A), o site institucional (ANEXO B), a *fanpage* no facebook (ANEXO C) e as páginas no twitter (ANEXO D) e no YouTube (ANEXO E). Nestes, é possível encontrar notícias sobre ações da setorial LGBT no Brasil, embora esta possua, por exemplo, sua própria página no facebook (ANEXO F).

4.1.1 Jornal impresso

Trata-se do primeiro canal de comunicação do *Juntos!*. Foi de onde se originou o movimento que hoje existe, pois era através do jornal que se abordavam suas lutas a nível nacional, além do seu posicionamento acerca de questões internacionais. Novas edições são lançadas bimestralmente, sendo que as da fase inicial do movimento já estão disponíveis *online*.

4.1.2 Site institucional

Na página da organização na internet (www.juntos.org.br), encontramos informações acerca de seu histórico, dos estados brasileiros nos quais ela está presente, das setoriais e dos debates da atualidade, sobre os quais podem ser lidos artigos escritos por militantes do Brasil inteiro. O site também se constitui em um canal de interação com os públicos, possibilitando o envio de artigos e o contato direto com a equipe de comunicação, através do e-mail juntos@juntos.org.br. Na seção *Assine o Juntos!*, é possível que o usuário cadastre o seu e-mail para receber todas as notícias do movimento e em *Seja Juntos! Você Também*, o interesse pela militância pode ser manifestado quando a pessoa deixa seu nome, e-mail, telefone e município onde vive.

4.1.3 *Fanpage* no facebook

O *Juntos!* possui também sua página na rede social facebook (<https://www.facebook.com/JuventudeEmLuta?fref=ts>), na qual se apresenta como “*um movimento nacional de juventude que luta por outro futuro*”. Suas postagens em geral têm como temática as lutas nas quais o movimento se engaja, tais como o combate à homofobia e os protestos em oposição à Copa do Mundo no Brasil, devido principalmente aos gastos, considerados abusivos e que, na visão dos membros do movimento, tiram recursos de outras áreas, como saúde e educação. A página conta com cerca de 31 mil curtidas, mas não é muito usual por parte da organização a interação com seus públicos, pois vários questionamentos feitos ficaram sem resposta nos últimos tempos.

4.1.4 Página no twitter

O perfil do movimento no twitter, @_juntos (https://twitter.com/_juntos), conta com o número de 2240 seguidores. Através dele, os seguidores são encaminhados para as publicações de outros canais de comunicação da organização, como o site e o facebook. Observamos poucos *retweets* e a interação com os públicos também é baixa.

4.1.5 Página no YouTube

O YouTube é um site que permite aos seus usuários a postagem de vídeos que podem ser compartilhados com outras pessoas em redes sociais como facebook e twitter. O *Juntos!* possui um canal em foram postados até o momento 161 vídeos, que mostram propagandas do movimento, retrospectivas das atividades a cada final de ano, além de chamamentos para protestos e outros atos que contam com a participação da organização.

4.2 SETORIAL *JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR*: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO

A setorial LGBT do *Juntos!*, *Juntos Pelo Direito de Amar*, surgiu logo em seguida da fundação do movimento. Tratou-se de uma iniciativa do próprio Maróstica que, motivado pela participação em um debate sobre questão de gênero no Congresso da UNE de 2011, quis criar um núcleo da organização voltado para discussões acerca da pauta:

[...] nesse primeiro encontro da fundação [*do Juntos!*], foi a primeira vez que eu participei de um debate sobre gênero e sexualidade, teve um grupo de trabalho de gênero e sexualidade, eu muito inexperiente nunca tinha ouvido falar nada sobre as pautas do movimento. Foi meu primeiro contato com outros LGBTs que estavam se organizando para lutar por suas causas. Depois desse primeiro contato, ainda no ônibus, eu disse que queria montar uma setorial aqui em Porto Alegre que debata questão LGBT. E por acaso, o *Juntos Pelo Direito de Amar*, que está em vários estados do Brasil tais como Pará, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, começou aqui em Porto Alegre com a minha iniciativa. Ele começou aqui por aquele primeiro debate. Ele veio a se consolidar mesmo como organização depois de uma excursão que eu participei, saindo da UFRGS, num encontro nacional universitário sobre diversidade sexual, que aconteceu em Salvador. Daí como lá eu conheci muitos LGBTs, voltei para Porto Alegre, convidei eles para uma reunião e, a partir daí, nasceu o *Juntos Pelo Direito de Amar* (MARÓSTICA, 2014).

Maróstica relatou também que o nome *Pelo Direito de Amar* se deve à campanha do casamento civil igualitário, liderada nacionalmente pelo deputado federal Jean Wyllys, cujo principal objetivo é a aprovação da união entre pessoas do mesmo sexo aos mesmos moldes da que ocorre entre heterossexuais e que aprovada para todo o território nacional em 2013. Outra pauta ligada à causa LGBT defendida pelo parlamentar e que contou como o apoio do *Juntos!* foi a aprovação da Lei João Nery⁹, que regulamenta a obrigação do reconhecimento da identidade de gênero, visando evitar uma série de constrangimentos para travestis e transexuais, que sofrem além do preconceito de orientação sexual, com o de gênero também.

⁹ A Lei de Identidade Sexual, conhecida como Lei João Nery, recebeu este nome em homenagem a João Nery, primeiro transexual masculino do Brasil, nascido Joana e que hoje é ativista pelos direitos de travestis e transexuais. Além de Jean Wyllys, a deputada Erika Kokay (PT-DF) também foi autora desta lei, que encontra-se disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013>. Acesso em 21/05/2014.

Na opinião do estudante, a atuação do *Juntos Pelo Direito de Amar* se diferencia da de outras organizações porque procura se pautar pelos acontecimentos sociais mais atuais ligados à causa. Para Maróstica, este é um dos principais pontos positivos da setorial, incentivado pela ação a nível nacional de Wyllys:

A gente procurou acompanhar os passos dele, porque a visibilidade dele sempre foi muito maior do que a nossa. Isso ajudava, então a gente embarcou nessa. Isso nos ajudou a conquistar um espaço social aqui em Porto Alegre, também porque não têm muitas organizações que debatem a pauta LGBT e, das poucas que têm, são poucas que acompanham as lutas, as manifestações. Então, eu acho que o que mais nos dá visibilidade é ter o tino de saber qual o fato político que vai dar mais visibilidade à nossa causa. Por exemplo, o Bar Pinguim, deu todo aquele rolo lá, a gente organizou uma manifestação. A gente conseguiu levar para uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos [da Câmara de Vereadores de Porto Alegre], foram feitas matérias. A gente também está sempre acompanhando os casos de homofobia. Cada fato político que tem na cidade sobre o movimento LGBT, eu acredito que o *Juntos!* tenha se inserido desde a criação. Esse é o nosso aspecto positivo, o nosso vínculo com as pautas diárias mais atuais do movimento (MARÓSTICA, 2014).

Maróstica também considera positiva a independência da setorial e do movimento como um todo das esferas governamentais, embora considere importante o diálogo com elas, independente das suas orientações ideológicas e partidárias. O militante também pondera que outro relacionamento importante para o *Juntos!* é com outras organizações pró-LGBTs, embora em alguns casos, seja difícil uma aproximação pela questão de algumas delas possuírem relações muito estreitas com os governos. Porém, ele não enxerga problemas em aproximações com estas outras ONGs e movimentos em questões como punições mais severas a políticos homofóbicos.

Nossa independência dos governos nos possibilita liberdade para criticar, para propor e para cobrar, esta última toda premissa de um movimento social. Não significa que não se vá dialogar com o governo, nós dialogamos com os governos [...]. Então para mim o diálogo é fundamental, tentar dialogar com todas as instâncias, mesmo por vezes com organizações que não fazem parte do nosso campo ideológico. Para mim, isto é muito importante, tentar construir um relacionamento de maior unidade dentro do movimento social, dentro do movimento LGBT, em que pese que em alguns momentos não tem como. Por exemplo: queremos fazer uma marcha contra a homofobia, mas queremos que essa marcha vá cobrar da Assembleia Legislativa e do Palácio Piratini. Aí vai ter uma organização que vai dizer que não quer ir no Piratini porque é uma organização muito atrelada ao governo e não quer ir lá bater nele. Então, dificulta a unidade. Mas dentro das possibilidades, contra [Marco] Feliciano, contra [Jair] Bolsonaro, não

tem porque não estarmos todos unidos numa mesma frente. [...] o movimento social tem que ter independência do governo e dialogar que, no nosso caso, que nós temos independência, tem que dialogar com aquelas que não têm tanta independência em momentos que é possível a gente ter uma convergência mínima para as nossas pautas (MARÓSTICA, 2014).

No que diz respeito a questões com necessidade de melhorias, mas que já evoluiu consideravelmente, Maróstica cita a questão do relacionamento digital. A página da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* no facebook (<https://www.facebook.com/juntospelodireitodeamar?fref=ts>), criada em 2012, conta com cerca de 3 mil curtidas, número considerado baixo para uma organização com alcance nacional. Porém, esta baixa adesão, conforme o estudante, se deve ao fato de a existência da página ser ainda bastante recente, mas que vem evoluindo principalmente devido ao uso de memes (imagens que são compartilhadas pela internet com alguma mensagem que visa criar um conceito sobre um determinado tema).

Dos coletivos de juventude, nós somos o que tem mais curtidas no facebook, 30 mil curtidas. A setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* tem só 3 mil curtidas. Então, a criação e o envolvimento das pessoas nessa página é muito recente. No começo, era muito difícil, hoje já está mais fácil, o pessoal cria muitos memes. Por exemplo, Emerson Sheik do Corinthians de um selinho em um jogador, a gente divulgou, fez um meme. A Valesca Popozuda fez uma fala, a gente larga um meme com a Valesca Popozuda defendendo a causa LGBT. Então, esse tino das redes sociais a gente começou a ter. Mas também tem o fato de não termos muitas pessoas, algo que a gente precisa se organizar para o próximo período no nosso coletivo que façam esses memes, que acompanhem as notícias, que façam posts. Então eu vejo que essa é a nossa maior dificuldade, que a gente poderia estar sendo bem mais produtivos nas redes sociais, poderia estar utilizando vídeos, poderia estar utilizando outras ferramentas de comunicação, mas a gente tem também a questão da debilidade. Não conseguimos fazer tudo que a gente gostaria, mas é algo que a gente pode melhorar (MARÓSTICA, 2014).

Neste sentido, é feita uma comparação com outros movimentos sociais que, devido à sua melhor situação financeira, já possuem uma comunicação mais estruturada, o que ainda não ocorre no movimento LGBT. Este é o caso, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual, de acordo com Maróstica, até profissionais que se dedicam a ele.

[...] dentro do movimento LGBT, as organizações são muito incipientes para ter uma organização muito forte na comunicação. Então, a gente recorre à boa vontade da nossa militância, do ativismo dos voluntários que se

dedicam às nossas organizações. Então está muito baseado nisso, a gente discute a comunicação, mas é como eu te disse, temos dificuldades porque faltam pessoas. Acredito que conforme o nosso movimento vá crescendo e eu acredito que ele está crescendo, é grande a possibilidade de, como acontece no *Juntos!*, que tem um grupo responsável pela sua comunicação. Então não vai existir um dia que o *Juntos!* não vá postar no facebook, não vai existir um turno do dia sequer que o *Juntos!* não vá postar no facebook. Todos os dias, tem publicações pensadas para ter uma estratégia de comunicação para as redes sociais. Nosso movimento LGBT ainda não consegue ter, conforme a gente crescer e ter mais pessoas, sem dúvidas vamos pensar um plano para poder divulgar nosso trabalho nas redes sociais e nas ruas a gente sempre procura fazer panfletagens, colar cartazes. Então essas são nossas maneiras de dialogar, pois não temos condições financeiras de fazer publicidade, *outdoors*, então acaba sendo limitada a nossa estratégia, mas acho que dentro das nossas possibilidades, a gente tem ido bem até (MARÓSTICA, 2014).

Sobre a possibilidade de a comunicação da setorial ser conduzida por um relações-públicas, Maróstica considera-a positiva. Porém, em sua opinião, este profissional deve ser alguém inserido na dinâmica do movimento social e que se sinta uma parte dele. O estudante pondera também que a característica essencial para este profissional é estar conectado com os fatos políticos que podem se constituir em oportunidades e ameaças para a causa e para o movimento LGBT como um todo:

[...] a estratégia da comunicação está muito vinculada ao tino da política, se tu estás na organização e tu sabes quais são os nossos debates no período, tu sabes quais são os nossos enfrentamentos principais, quais são as nossas campanhas, tu consegues entender a lógica da nossa luta, da nossa opressão, do nosso movimento, é muito válido que tenhamos profissionais de Relações Públicas, do Jornalismo e da Publicidade trabalhando com o movimento porque conseguem entender as necessidades e as dificuldades e conseguem dialogar com elas. Neste sentido, acharia uma experiência interessante, sabendo das nossas debilidades, porque são poucas pessoas fazendo muitas coisas. [...] Então, se em algum momento tivesse essa possibilidade, esse plano mais ousado de contratar alguém das Relações Públicas, sem dúvidas não contrataria qualquer agência, contrataria pessoas que eu já conheço, que tivessem experiência no movimento. [...] ela precisa se sentir parte da construção. Se não fosse dessa forma, talvez teria sua efetividade, mas tenho minhas dúvidas. Para nós também seria mais difícil passar para a pessoa que é de fora, é muito mais fácil quando a pessoa já teve um contato (MARÓSTICA, 2014).

Neste sentido, realizamos uma inserção direta na setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, visando o aprofundamento dos conhecimentos acerca de sua dinâmica interna, além de verificar os públicos com os quais se relaciona. Nossa participação

seguiu os preceitos da técnica denominada *observação participante* abordada por Peruzzo (2010).

4.3 PESQUISA PARTICIPANTE NA SETORIAL *JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR*

Desde o ano de 2012, estamos frequentando, dentro de nossas possibilidades, as reuniões da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, de acordo com os preceitos da técnica de pesquisa participante. “A *pesquisa participante* consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2010, p. 125). Porém, Peruzzo (2010, p. 134) coloca que:

[...] o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é o de observador. Exceto em situação extrema, em que, por opção metodológica, decide fazer passar-se por membro do grupo, acreditando ser a melhor forma de poder captar as reais condições e os sentimentos do investigado. [...] O pesquisador é autônomo. O “grupo”, ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, no que se refere à formulação dos objetivos e às demais fases do projeto, nem no tipo de informações registradas e nas interpretações dadas ao que foi observado. [...] O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”, ou seja, o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado.

Parte das atividades do *Juntos Pelo Direito de Amar* que tivemos oportunidade de participar foi nas reuniões de formação política. Nestas, textos ligados à temática LGBT são discutidos e vinculados com a atualidade nacional e, em alguns casos, internacional daquele momento, e que vão servir de base para ações da setorial no combate à homo e transfobia. No entanto, uma questão observada durante as inserções foi que, em determinado período, não havia nenhuma definição precisa de periodicidade das reuniões.

Todavia, é inegável o engajamento da militância nas atividades do movimento. Exemplo disto foi a II Acampada do *Juntos! Sul* (ANEXO G), ocorrida entre os dias 21 e 23 de fevereiro de 2014, na qual jovens de todo o Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil, reunidos na cidade de Viamão, tiveram oportunidade de participar de oficinas sobre temas como legalização da maconha, Copa do Mundo no Brasil, meio ambiente, racismo, machismo e homofobia. A oficina

da setorial LGBT, ocorrida junto à do coletivo *Juntas!*, levantou pautas como a articulação do movimento, que está ficando cada vez mais forte na atualidade, e a importância de uma organização consistente no combate à homofobia no Brasil, país líder das estatísticas de assassinatos motivados por preconceito de orientação sexual e gênero – uma morte a cada 26 horas (ALVES, 2014). Na opinião dos militantes, este cenário se deve à opção do governo de Dilma Rousseff que, para garantir a governabilidade, estaria se submetendo aos interesses das bancadas religiosas ao negociar com elas pautas ligadas aos direitos humanos.

Outro ponto positivo que destacamos a respeito da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* é a sua participação na organização de eventos para reivindicação de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, tais como a Parada de Lutas LGBT, anteriormente conhecida como Mini Parada e que ocorre desde 2008. Esta é uma iniciativa da ONG gaúcha Desobedeça LGBT, em parceria com outros coletivos e setoriais de partidos políticos (ANEXO H). A edição de 2014 está prevista para ocorrer no dia 17 de agosto, domingo, iniciando na Usina do Gasômetro.

4.3.1 Análise de cenários interno e externo

A análise de micro e macroambiente é uma importante atribuição da atividade de Relações Públicas. Tal importância consiste em trabalhar o posicionamento da organização com relação às suas forças e fraquezas internas, além das oportunidades e ameaças externas. Steffen (2007, p. 33-34) afirma:

As organizações relacionam-se com os seus públicos de forma dinâmica, com variações e interferências decorrentes do ambiente onde atua e dos interesses que pautam essa relação. Este relacionamento mantém-se com inúmeras transações e em diferentes espaços e tempos, razão pela qual não está na dependência de um ato isolado, mas de um processo constante de intercâmbio de informações, tomada de decisões e implantação de ações. Como ciência e atividade que tem por objeto de estudo o sistema social “organização-públicos”, relações públicas intervêm constantemente no processo de relacionamento que se estabelece entre esses dois parceiros de sistema, pautando a sua atuação como atividade profissional que monitora o ambiente (o macrossistema em suas diversas dimensões), considerando o interesse e a opinião dos públicos de uma organização (o

microssistema “organização-públicos”) para, posteriormente, assessorar a tomada de decisão organizacional.

No caso específico da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*, entendemos por macrossistema toda a conjuntura – principalmente político-legal – que cerceia a temática LGBT, criando oportunidades e ameaças para as organizações sem fins lucrativos que batalham diretamente por melhorias para a questão da homossexualidade/bissexualidade/transsexualidade, principalmente a criação de leis que beneficiem casais do mesmo sexo e que garantam a devida punição a crimes justificados pela intolerância à diversidade sexual. Já quanto ao microssistema, consideramos a situação da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* explanada através da entrevista com o militante Lucas Maróstica e da inserção participante, além de sua relação com o movimento *Juntos!* como um todo. O quadro abaixo apresenta uma síntese destes aspectos:

Quadro 2 – Matriz SWOT da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> * Prioridade das lutas nas ruas; * Procuram estar sempre conectados com as atualidades políticas; * Visibilidade das ações da setorial na mídia; * Movimento <i>Juntos!</i> é o coletivo de juventude com mais curtidas no facebook no Brasil; * Reuniões de formação política; * Engajamento da militância nas atividades do movimento; * Participação da setorial na organização de eventos de reivindicação de melhorias para LGBTs; * Independência dos governos em suas ações. 	<ul style="list-style-type: none"> * Baixo número de curtidas na página do facebook da setorial <i>Juntos Pelo Direito de Amar</i>; * Poucas pessoas responsáveis pela comunicação; * Dificuldade de dissociar a imagem do movimento da do PSOL; * Falta de verba para investimento em publicidade; * Indefinição de periodicidade para reuniões; * Baixa interatividade da organização com os públicos nas redes sociais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> * Articulação cada vez maior do movimento LGBT na atualidade; * Aprovação pelo Judiciário do casamento civil igualitário; * Atuação do deputado federal Jean Wyllys; * Realização de eventos sobre temática LGBT no país; * Primeiro beijo entre dois homens exibido na novela <i>Amor à Vida</i> (Rede Globo). 	<ul style="list-style-type: none"> * Ação das bancadas religiosas, principalmente evangélicas, a nível nacional; * Arquivamento do PLC 122, que criminalizava a homofobia; * Brasil é o país líder mundial das estatísticas de assassinatos de LGBTs; * Descontentamento de parte da população com a atuação dos partidos políticos. * Clima de desunião observado no movimento LGBT.

Fonte: elaboração do autor (2014).

4.3.2 Análise de públicos

Dentro do sistema objeto de estudo das Relações Públicas, o público é o responsável pela legitimação ou não das ações organizacionais. Neste sentido, é necessário o conhecimento prévio de todos os detalhes que o cercam, conforme afirma França (2004, p. 24):

[...] o público é analisado em sentido estrito quando se procura definir de modo específico, em termos da organização, o tipo de relação, seus objetivos e as expectativas que se tem dela. Sob o mesmo ponto de vista, pode-se, inversamente, indagar dos públicos que tipo de reação, de objetivos e expectativas têm das organizações com as quais estão ligados

ou podem vir a estar (públicos potenciais). São dois polos interdependentes que se encontram no estabelecimento de relações recíprocas em busca de obtenção de vantagens compensatórias em seus negócios.

A conceituação lógica de públicos, proposta por França (2004), divide os públicos de uma organização em três categorias: essenciais¹⁰ (aqueles dos quais a organização depende para sua existência), não essenciais (segmentos com os quais a organização se relaciona, mas que não são fundamentais para sua existência) e as redes de interferência (públicos externos que influenciam a opinião pública a se posicionar acerca da organização). O quadro a seguir mostra a relação dos públicos com os quais se relaciona a setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*.

¹⁰ Os públicos essenciais de uma organização, de acordo com França (2004), se dividem em duas categorias: *constitutivos* (aqueles que tornam viável a existência da organização e a realização de suas atividades) e *não constitutivos* (aqueles que, apesar de essenciais, não interferem diretamente nos rumos da organização, mas são importantes para sua continuidade em seu contexto social, considerando o caso de organizações do terceiro setor).

Quadro 3 – Mapeamento de públicos da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*

Tipo de público	Tipo de relação	Nível de envolvimento	Nível de dependência	Objetivos do movimento	Expectativas do movimento
Militantes	Operacional	Permanente	Essencial constitutivo	Fidelização destas pessoas	Ter sempre pessoas dispostas a lutar pela causa
População LGBT	Social	Frequente	Essencial não constitutivo	Legitimar-se como organização de luta por melhorias para esta parcela	Mostrar-se como alternativa de luta por melhores condições para o segmento
Juventude	Social	Frequente	Essencial não constitutivo	Legitimar-se como organização de luta por melhorias para esta parcela	Mostrar-se como alternativa de luta por melhores condições para o segmento
Esferas governamentais	Social/Parceria	Frequente	Essencial constitutivo	Reivindicação por melhorias para a população LGBT	Aprovação de leis que beneficiem casais do mesmo sexo e criminalizem a homofobia
Organizações Não Governamentais LGBT	Social/Parceria	Ocasional	Não essencial	Parceria para pressionar o poder público nas questões referentes à temática LGBT	Unidade em pautas como o combate à homofobia
Coletivos LGBT	Social/Parceria	Ocasional	Não essencial	Parceria para pressionar o poder público nas questões referentes à temática LGBT	Unidade em pautas como o combate à homofobia
Empresas focadas no público LGBT	Parceria	Ocasional	Não essencial	Promover ações de conscientização junto a frequentadores de estabelecimentos voltados para os LGBTs	Conquista de prováveis novos militantes
PSOL	Social/Parceria	Frequente	Não essencial	Colocar as demandas da organização em debate nos parlamentos	Conquista de melhorias com apoio de parlamentares do partido
Demais partidos	Social	Ocasional	Não essencial	Apoio para iniciativas em prol dos LGBTs	Tratamento da pauta sem vistas a objetivos políticos e eleitorais
Imprensa	Social	Inexistente	Rede de interferência	Visibilidade para a setorial e a causa LGBT	Criação de imagem positiva

Fonte: elaboração do autor (2014), com base em modelo proposto por França (2004) para ONGs.

4.4 PESQUISA EXPLORATÓRIA: CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E MOVIMENTO LGBT – SUGESTÕES À SETORIAL *JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR*

A pesquisa qualitativa oferece ao investigador uma série de técnicas possíveis de serem aplicadas no contexto organizacional com os públicos ou segmentos de público de interesse. Uma delas é o chamado *grupo focal*, que consiste numa reunião de pessoas com características em comum que vão discutir algum tema de interesse da organização. Costa (2010, p. 181) explica a técnica:

Grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências. A maior busca é a de compreender e não de inferir ou generalizar. Como estrutura, eles são bastante simples de organizar, mas tornam-se complexos à medida que os pesquisadores se dedicam a leituras mais profundas, ricas e complexas dos registros que evoluem com a prática da sua utilização.

Intitulado *Cenário Contemporâneo e Movimento LGBT – sugestões à setorial Juntos Pelo Direito de Amar* (APÊNDICE D) e última etapa desta inserção, o grupo focal contou com a participação de quatro jovens, com idade entre 20 e 30 anos, homossexuais ou bissexuais e sem vinculação com o *Juntos!* nem com a setorial LGBT. Para fins de preservação da identidade dos participantes, as referências a eles serão feitas a partir das iniciais de seus nomes, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 4 – Relação dos participantes do grupo focal

Nome (iniciais)	Gênero	Idade	Profissão	Grau de instrução	Cidade	Orientação sexual
VM	Masculino	26	Professor de História	Mestrado completo	Novo Hamburgo	Homossexual
RC	Masculino	24	Estudante de Psicologia	Superior incompleto	Porto Alegre	Bissexual
JT	Feminino	21	Estudante de Psicologia	Superior incompleto	Novo Hamburgo	Bissexual
BAV	Feminino	20	Estudante de Relações Públicas	Superior incompleto	Porto Alegre	Bissexual

Fonte: elaboração do autor (2014).

A pesquisa foi aplicada no dia 24 de maio no salão de festas do Edifício Val Cenís (Rua Doutor Armando Barbedo, 1172), local onde reside o autor deste trabalho¹¹. Ela foi dividida em quatro blocos: a descoberta enquanto homossexual/bissexual, as interpretações acerca do cenário contemporâneo para a temática LGBT, as opiniões acerca da atuação de ONGs e movimentos sociais defensores da causa, primeiramente como um todo e, finalmente, do *Juntos!* e da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*.

¹¹ Registramos que a pesquisa contou também com a colaboração da relações-públicas Ana Elba Peixoto de Abreu, na qualidade de documentadora. A ela, nossos agradecimentos.

4.4.1 Descoberta pessoal: ser homossexual/bissexual

Os quatro participantes começaram a sentir que algo de diferente acontecia com eles no campo da sexualidade ainda na adolescência. JT relatou que na época do colégio, sentia-se atraída por meninas mais velhas e que pela dificuldade de encontrar outras garotas com a mesma orientação na cidade em que vive, procurava este tipo de relação na internet, meio pelo qual conheceu sua primeira namorada. BAV afirmou que esta sempre foi uma certeza para ela que se confirmou quando ela tinha 14 anos e se apaixonou por outra menina. RC, por sua vez, disse que aos 16 anos, viu-se interessado por outro menino, mas que foi algo bastante natural e sem conflitos e que não impediu a continuidade de sua atração pelo gênero feminino. Único homossexual participante, VM assumiu sua orientação para a mãe aos 17 anos.

Quanto à recepção de familiares e amigos, apenas BAV ressaltou não ter perdido amizades. Já na relação com as famílias, todos enfrentaram alguma espécie de problema. VM afirmou ter uma relação distante com seu irmão mais velho, pois este sente-se envergonhado por ter um irmão gay, uma vez que frequenta círculos sociais vinculados à elite de Novo Hamburgo. Por outro lado, BAV enfrentou sérios problemas de relacionamento com sua mãe, que tem dificuldades em aceitar seus relacionamentos com outras mulheres, fato que a fez sair de casa e ir morar com o pai e os avós paternos. No entanto, a relação com a mãe vem melhorando aos poucos, pois esta começou a aceitar melhor a orientação da filha, com ajuda de terapia.

No que diz respeito às visões sobre homossexualidade/bissexualidade, RC e VM questionaram até que ponto a livre orientação sexual é socialmente aceita. BAV levantou a questão da heteronormatividade, citando como exemplo o caso de uma professora sua que, quando ela marcava de sair para comer com a namorada, perguntou se ela falava ao telefone com o namorado. Outro tópico levantado foi sobre o uso do termo “opção sexual”; todos concordaram que, apesar de ser incômodo, não é falado com o intuito de ofender, mas devido à falta de conhecimento da maioria das pessoas sobre as questões que cercam esta temática.

4.4.2 Cenário contemporâneo para a temática LGBT

Este tópico voltou-se para a discussão acerca da inserção da homossexualidade/bissexualidade, suas representações na cultura e os debates políticos em torno desta questão. Sobre a exposição da temática nos meios midiáticos, todos foram unânimes em afirmar que a abordagem ainda é estereotipada e cercada de preconceitos. BAV colocou como exemplo o casal lésbico da atual novela das 21 horas da Rede Globo, *Em Família*. Em sua opinião, a relação entre as personagens Clara (Giovanna Antonelli) e Marina (Tainá Müller) é exageradamente focada na questão sexual, fato que ela enxerga negativamente. Os participantes também debateram a questão do beijo gay da novela *Amor à Vida*, abordada no capítulo 3. Eles acreditam que a aceitação obtida se deveu ao fato de se tratarem de dois homens de classe média alta, profissionalmente bem sucedidos e brancos.

No que se refere às questões políticas, VM considera que a temática ainda não é tratada como deveria, pois dentre mais de 500 deputados, o único que defende abertamente a população LGBT é Jean Wyllys. Ele ainda levantou o fato de a Argentina, apesar de ser um país muito menor e com uma população majoritariamente católica, aprovou o casamento igualitário pleno antes do Brasil devido aos mais de 30 anos de mobilização das entidades, mesmo na época da ditadura. Em sua opinião, o movimento LGBT brasileiro ainda é muito desunido, até mesmo devido aos preconceitos de várias naturezas entre os próprios membros. RC afirmou concordar com esta colocação e acrescentou que o movimento ainda é focado nos homens, principalmente brancos e de classe média, em detrimento de lésbicas, travestis e transexuais. Quando questionados se acreditavam em possibilidades de mudanças em caso de trocas de governo a nível nacional e estadual nas eleições deste ano, todos negaram, ainda mais sem a pressão por parte das organizações da sociedade civil voltadas para o segmento LGBT.

4.4.3 Organizações que atuam em prol da causa LGBT (ONGs, movimentos sociais, OSCIPs, etc.)

O foco deste tópico é verificar a opinião dos participantes acerca da atuação das ONGs e movimentos sociais defensores de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. VM enxerga estas organizações de modo geral mais preocupadas com a Parada Livre do que com as lutas, o que desampara os LGBTs. Para ele, a Parada do Orgulho LGBT, ocorrida em Porto Alegre anualmente, é pouco incisiva na reivindicação de direitos, como ocorre em outras cidades ao redor do mundo, tais como São Francisco, Nova Iorque, Estocolmo e Paris. BAV acredita que as pessoas de fora devem considerar o evento da capital gaúcha como uma festa, ao que RC rebateu, afirmando que a festa também é política, uma vez que gera uma série de discussões sobre a temática.

Uma questão surgida no decorrer do debate foi o uso do termo “homoafetividade” por parte de algumas organizações. Os quatro participantes manifestaram oposição a tal uso, pois pensam que se trata de uma “romantização” a fim de criar melhor aceitação dos LGBTs na sociedade.

No final deste tópico, quando questionados se militariam em alguma ONG ou movimento social, todos afirmaram que não, embora reconheçam a necessidade deles na sociedade. RC é da opinião de que os movimentos estão se institucionalizando, fato que ele julga ser bastante perigoso, pois faz com que as organizações se tornem autoritárias e sectárias.

4.4.4 Movimento *Juntos!* e sua setorial LGBT, *Juntos Pelo Direito de Amar*

Neste tópico final, verificamos o grau de conhecimento dos participantes acerca do *Juntos!* e da setorial LGBT. Sobre a denominação *Pelo Direito de Amar*, RC apontou que se trata de uma nomenclatura de fácil memorização, mas que deveria ser debatida, pois em sua opinião, é um termo “higienizado” e que parece negar o lado sexual da homossexualidade/bissexualidade. Ele afirmou conhecer o

movimento de algumas manifestações, nas quais via militantes usando camisetas. Os demais afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o *Juntos!*.

Sobre a proximidade com o PSOL, RC colocou que tem dificuldades em dissociar uma organização da outra. Citou o exemplo do evento *Famecos contra a Homofobia*, ocorrido em agosto de 2012 e organizado pelo Centro Acadêmico Arlindo Pasqualini (Caap) da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Famecos/PUCRS), no qual ele ouviu pessoas dizerem que estavam participando de evento do *Juntos!* ou, até mesmo, do PSOL. O estudante pondera que o movimento precisa urgentemente deixar mais claras suas diferenças em relação ao partido. Para VM, a relação entre movimentos e partidos em geral é nefasta, uma vez que pode gerar institucionalização e aparelhamento, restringindo a liberdade de ação. Todavia, ambos consideram boa a visibilidade do *Juntos!*, tanto na mídia quanto nas redes sociais, o que pode trazer resultados positivos para as ações da organização.

Como sugestões para a comunicação, eles enfatizaram a necessidade de mais ações dirigidas no combate à lesbofobia e à transfobia, através do intercâmbio de informações com organizações feministas e de defesa de transexuais e travestis. Outra proposta colocada foi a de procurar se inserir mais incisivamente em cidades menores do interior, nas quais muitos LGBTs vivem às margens da sociedade e convivem diariamente com o preconceito justificado pela orientação sexual.

A inserção de nossa atividade neste capítulo foi pautada nos conhecimentos apresentados nos capítulos 2 e 3, nos quais analisamos o cenário contemporâneo para a população e o movimento LGBT, bem como as contribuições das Relações Públicas no âmbito da comunicação comunitária. Tratou-se de uma experiência enriquecedora e prazerosa, pois colocamos em prática boa parte das reflexões teóricas que orientam os relações-públicas em sua atuação nas organizações defensoras de causas sociais, como a livre orientação sexual, tais como o *Juntos!*, através da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*. Procuramos, por meio das pesquisas, estimular a organização a não somente permanecer alerta aos cenários, mas conhecer seus principais públicos e garantir a sua participação em seus processos decisórios. Nesta perspectiva, pretendemos, a partir da equação prática – teoria – prática, por meio de nosso estudo, qualificar a práxis do próprio movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia, expusemos as possibilidades para a atividade de Relações Públicas nos movimentos sociais, com ênfase nos que atuam em prol de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Para tanto, analisamos as variáveis político-legais para os direitos humanos no Brasil, a inserção da temática e dos movimentos LGBT neste contexto, as reflexões de alguns autores sobre Relações Públicas e Comunicação Comunitária e realizamos inserção na setorial LGBT do movimento *Juntos!*, focando num primeiro momento nos aspectos da comunicação organizacional do movimento como um todo e, posteriormente, apenas na setorial *Juntos Pelo Direito de Amar*.

Constatamos que o debate acerca da questão LGBT no Brasil teve significativos avanços nas últimas três décadas, tanto política quanto culturalmente. Todavia, eles não impediram ou frearam a ação de grupos conservadores – tais como parlamentares e religiosos fundamentalistas – contrários aos direitos desta parcela da sociedade. Julgamos que esta onda reacionária é uma justificativa preponderante para o fato de o país ser líder mundial no ranking de assassinatos motivados por homofobia ou transfobia e que as esferas governamentais agem ainda muito pouco no sentido de combater e criminalizar estes tipos de ações preconceituosas. Devido a este espaço deixado em aberto, criam-se oportunidades de existência para organizações como os movimentos sociais para defender os LGBTs e reivindicar pautas como a criminalização de atos violentos motivados pela orientação sexual.

Contudo, os movimentos sociais defensores de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais precisam pautar adequadamente suas estratégias de comunicação e de relacionamento. Neste sentido, acreditamos na relevância de estes processos serem conduzidos por profissionais da área de Relações Públicas. Como gestor da comunicação de uma organização e dos relacionamentos entre esta e seus públicos, o relações-públicas trabalha essencialmente com o planejamento. Porém, a ação de planejar nos movimentos sociais se orienta por uma lógica diferente da dos órgãos públicos e empresas, pois procura orientar sua prática profissional pela participação e pelo compartilhamento de conhecimentos. Outra

diferença bastante importante é que o profissional que deseja atuar nos movimentos se sinta parte dele, ou seja, precisa ser alguém identificado com a causa defendida.

Com base nestes pressupostos, realizamos nossa inserção na setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* num primeiro momento com base na técnica de observação participante para fins de identificação de seus pontos fortes e fracos internos e de seus públicos. Vimos que se trata de um movimento que possui uma aguerrida militância, fato que o torna bastante ativo nos dias de hoje, e que por pautar suas ações no que há de mais atual no cenário político, consegue organizar suas ações norteado pelas oportunidades que ele apresenta. Todavia, sua estreita relação com o PSOL acaba criando barreiras, uma vez que muitas pessoas têm sérias dificuldades de dissociar a imagem do movimento da do partido, o que se constitui num problema, pois parte da população brasileira tem sérias restrições no que se refere à política partidária, que acaba sendo um dos fatores preponderantes para o clima de desunião observado no movimento LGBT atualmente.

Esta também foi uma das constatações da pesquisa realizada com quatro jovens LGBTs, com base na técnica de grupo focal e que se constituiu na segunda etapa da inserção de Relações Públicas. Um dos participantes chegou a classificar como nefasta a relação entre movimentos e partidos, uma vez que ela cria aparelhamento, assim restringindo a liberdade de ação. Ainda sobre o movimento, foi sugerido por outro participante o debate pelos seus membros acerca da nomenclatura *Pelo Direito de Amar*, pois em sua opinião, ela conota higienização e nega o lado sexual da homossexualidade/bissexualidade. Eles enxergam esta como uma tendência crescente no movimento LGBT, devido ao uso de termos como “homoafetividade” que, na opinião deles, parece ter sido criado para fins de uma aceitação maior e mais branda dos LGBTs na sociedade. Outra crítica feita também ao movimento como um todo é que ele parece ser exclusivamente dirigido aos gays masculinos, com ações ainda pouco efetivas para proteger lésbicas, travestis e transexuais.

Neste sentido e na condição de pesquisador e futuro relações-públicas, nossas sugestões à setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* e ao movimento *Juntos!* consistem essencialmente em: 1) evidenciar mais as diferenças com o PSOL, para fins de se colocar como alternativa efetiva para quem não tem intenções de militar em nenhuma legenda; 2) discutir entre os militantes a nomenclatura da setorial; 3) discutir também questões sobre termos que dividem opiniões, tais como

“homoafetividade” e 4) planejar e divulgar mais ações dirigidas a lésbicas, travestis e transexuais em maior periodicidade. Ressaltamos, no entanto, que tais propostas se referem ao que foi levantado a partir das pesquisas realizadas neste trabalho, dentro das possibilidades e limitações de uma monografia. Outros levantamentos baseados em diferentes metodologias podem e devem ser feitos por parte da setorial e do movimento, para os quais nos colocamos à inteira disposição, pois já existe um acordo firmado com o *Juntos Pelo Direito de Amar* para doação do trabalho na sequência de seu término.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Augusto. **Movimento LGBT e a luta contra o conservadorismo político**. In: II Acampada do *Juntos!* Sul. Viamão, 2014.
- BASEGGIO, Ana Luisa. **Planejamento estratégico da comunicação**. In: DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk (org.). **Relações Públicas: planejamento e comunicação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.
- CÉSAR, Regina Escudero. **Movimentos sociais, comunidade e cidadania**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.
- COSTA, Maria Eugênia Belczak. **Grupo focal**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- COUTO, Rodrigo. **Há 20 anos, a OMS tirou a homossexualidade da relação de doenças mentais**. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/05/16/interna_brasil,192631/index.shtml>. Acesso em 10/02/2014.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 06/02/2014.
- Definições**. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/historia/parte_13.htm>. Acesso em 15/03/2014.
- DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FACCHINI, Regina. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro**. In: *Bagoas*. Número 4, 2009.
- FERRARI, Maria Aparecida. **Relações Públicas: razões para praticá-las**. In: *Organicom – Edição Especial*. Ano 6, números 10/11, 2009.
- FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica**. São Caetano do Sul: Yendis, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- HENRIQUES, Marcio Simeone. **Ativismo, movimentos sociais e relações públicas**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007a.
- _____. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica: 2007b .
- KERN, Francisco Arseli; SILVA, André Luiz da. **A homossexualidade de frente para o espelho**. In: *Revista Psico*. Volume 40, número 4, outubro/dezembro 2009.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A dimensão humana da comunicação organizacional**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

_____. **Gestão das Relações Públicas na contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil.** In: **Organicom.** Ano 3, número 5, 2006.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 5. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Planejamento e gestão estratégica das relações públicas comunitárias.** In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007a.

_____. **Relações Públicas e Comunicação Organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica.** In: **Organicom – Edição Especial.** Ano 6, números 10/11, 2009.

_____. **Sociedade civil, multidadania e comunicação social.** In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007b.

LÁZARO, André Luiz Figueiredo. **A diversidade, a diferença e a experiência da Secad.** In: **Revista Retratos da Escola.** Volume 7, número 13, julho/dezembro 2013.

Lei da Identidade Sexual, Lei João Nery. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013>. Acesso em 21/05/2014.

Manifesto de Goiânia. Disponível em <<http://juntos.org.br/2011/07/manifesto-de-goiania/>>. Acesso em 16/05/2014.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA FILHO, Francisco Carlos; MADRID, Daniela Martins. **A homossexualidade e sua história.** Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/re+vista/index.php/ETIC/article/viewFile/1646/1569>>. Acesso em 29/01/2014.

MOURA, Maria Lúcia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa.** In: **Revista Famecos,** volume 20, número 1. Porto Alegre, 2013.

_____. **Observação participante e pesquisa-ação.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Relações Públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”:** princípios, estratégias e atividades. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações.** São Paulo: Saraiva, 2009.

Programa do Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em <<http://www.psol50.org.br/Store/Arquivos/PROGRAMA%20DO%20PARTIDO.pdf>>. Acesso em 19/05/2014.

PURPER, Vanessa Ourique. **Planejamento de comunicação no terceiro setor.** In: DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk (org.). **Relações Públicas: planejamento e comunicação.** Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

- Quem somos?**. Disponível em <<http://juntos.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 15/05/2014.
- REIS, Toni. **Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT**. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (org.). **Minorias sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012.
- SCHWAB, Jean-Luc. **Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista**. São Paulo: Mescla, 2011.
- SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. **Perspectivas contemporâneas da comunicação organizacional no Brasil**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; FOSSATTI, Nelson Costa (orgs.). **Práticas acadêmicas em Relações Públicas: processos, pesquisas e aplicações**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. <<http://www.sdh.gov.br/sobre/sobre-a-secretaria>>. Acesso em 12/05/2014
- SIMÕES, Júlio Assis. **Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil**. In: POCAHY, Fernando (org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010.
- SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.
- STEFFEN, Ana Maria Walker Roig. **Comunicação corporativa, institucional e organizacional: definição de termos no contexto teórico de Relações Públicas**. In: DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk (org.). **Relações Públicas: quem sabe, faz e explica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012
- _____. **Relações Públicas, comunicação e poder: um olhar sobre a atividade a partir do conceito de público**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- TRINDADE, Welton Danner. **Os efeitos de personagens LGBTs de telenovelas na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp137531.pdf>. Acesso em 13/05/2014.
- VECHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Minorias sexuais e ações afirmativas**. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (org.). **Minorias sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012.

APÊNDICE A – Entrevista Leonardo Ferreira Mello Vaz, advogado, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/RS

Porto Alegre, 2 de abril de 2014.

Pergunta: Como surgiu a tua militância no movimento LGBT?

Resposta: Surgiu especificamente a atuação concisa no ano de 2010. Em 2009, eu vim embora para Porto Alegre, eu morava no Interior e desde a época do Ensino Médio, final do Ensino Médio e início da graduação, eu já tinha em mente essa visibilidade de supressão de direitos da população LGBT. Convivi diariamente com o preconceito no Interior, que é muito grande; na Capital existe preconceito, mas no Interior ele é dez vezes superior, se é que podemos comparar assim. Todos estes fatores e durante o curso de Direito, a análise que a gente fazia da Constituição e a falta de legislações, a falta de amparo, aí começamos a verificar a existência de decisões isoladas pelo país com relação à garantia de direitos aos LGBTs. O Estado pioneiro nisso aí é o Rio Grande do Sul, através do Tribunal de Justiça, quando houve o reconhecimento das antigas sociedades de fato entre casais homoafetivos e a adoção de crianças por casais homoafetivos, inclusive o primeiro caso no Brasil foi em Bagé, em 2005. Todo esse acompanhamento, ao longo de alguns anos, agora por mais de uma década e essa abertura da sociedade para uma matéria nova e para o fato de não existir garantias de direito à população LGBT, me fez tomar uma posição mais severa como cidadão, não só como profissional, mas principalmente como cidadão, em tentar lutar para obter direitos e garantias para esta população, este segmento tão marginalizado na nossa sociedade.

P: Como tu enxergas as determinações da Constituição de 1988 para as questões de direitos humanos e, mais especificamente, dos LGBTs?

R: A nossa Constituição, ainda mais agora em épocas alusivas aos 50 anos do Golpe [*Militar de 1964*], é um exemplo claro de conquista de democracia. Ela é uma Constituição cidadã, que ampara. Ela foi baseada e constituída com base nos direitos humanos. O cidadão é o principal presenteado, se é que assim podemos nos referir, com esta Constituição de 1988. Com relação aos direitos, garantias e princípios constitucionais, o segmento LGBT é totalmente amparado pela Constituição. Só que a Constituição possui regramentos genéricos, dos quais a gente precisa da criação de uma legislação específica, leis infraconstitucionais que possam de fato reger aquele direito, amparar aquele direito do segmento. Nós temos a nossa Carta Maior como um princípio, ela é, fazendo uma comparação, a nossa Bíblia. Então a partir dali, a gente constrói o acesso, como a Justiça vai fazer a garantia desses direitos, o acesso do cidadão a esses direitos materializa esses direitos. Eu entendo que a nossa Constituição é muito importante e ela representa uma grande conquista da sociedade. Principalmente por todo nosso histórico de lutas, de repressão, de supressão de direitos. Em que pese ela seja desrespeitada diuturnamente, nós temos nela o espelho de uma sociedade fraterna, justa e igualitária.

P: Durante os governos FHC e Lula, observamos a realização de conferências e a criação de associações, programas e órgãos governamentais ligados à causa LGBT. Tu consideras efetivas essas iniciativas? Por quê?

R: No segmento LGBT, tudo que é relacionado a diversidade, a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, tudo que abrange direitos a este segmento, não desmerecendo outro segmento, mas especificamente o LGBT por ser tão marginalizado na nossa sociedade, tudo que for instituição, que for organização, políticas públicas vêm para amparar essa parcela da sociedade. Então, tudo é válido, ou seja, sem intervenção ideológica e de partidos políticos, nós temos como princípio a luta pela causa, não interessa se é o partido A ou o partido B, o fulano ou o beltrano que estejam no poder. Uma vez ele ou ela estando no poder, é obrigação que sejam criados meios e que sejam criadas políticas públicas que amparem os direitos da população LGBT, de forma igualitária e equânime em toda a sociedade.

P: Nos últimos anos, com mais ênfase no governo Dilma, temos observado o crescimento de um conservadorismo, tanto político quanto religioso, opositor implacável dos direitos dos LGBTs. Quais as motivações, na tua opinião, para o surgimento deste tipo de reação?

R: Nesse caso, o que eu posso te dizer é que eu vejo é que o governo Dilma especificamente tem todo um histórico de lutas através do Partido dos Trabalhadores. A própria Dilma era vinculada aos movimentos sociais, principalmente de luta contra a repressão, pela garantia de direitos humanos, de políticas sociais, a gente vê neste governo, especificamente nos últimos anos um crescimento bem preocupante de certas parcelas de políticos conservadores. A gente teve todo um histórico de lutas, como eu havia comentado, desde a redemocratização do país, que nunca teve tanto afeto, tanto crescimento de bancadas religiosas, conservadoras, bancadas que se dizem de extrema direita ou de direita. Nós temos dentro da esquerda, de quem se diz de esquerda no Brasil, pessoas que não combatem o preconceito, são omissas, e uma vez sendo omissas em relação ao preconceito, elas também estão praticando preconceito por excesso de omissão. Eu acho que isso parte de escolhas políticas, a gente vê que nos últimos anos no Brasil, aquela questão da ideologia que antigamente existia, ideologia política, de princípios, de ideais, foi dando lugar para movimentos ligados a reacionários, fascistas. Até por intervenção de ideias mundiais, de acontecimentos em todo o mundo, o governo dela foi deixando de lado as políticas sociais, as bandeiras de causa, e dando espaço maior para pessoas com este tipo de atitude, de forma de pensar. Isto, para a democracia ou para a conquista de direitos, é desastroso. Nós já temos uma dificuldade enorme com o nosso Legislativo engessado, em tentar construir uma legislação que ampare a população LGBT, que criminalize a homofobia, que regulamente o casamento homoafetivo, diversas outras legislações que já deveriam ter sido elaboradas pelo nosso legislador e que não foram feitas. Isso também se deve a essa abertura, a esse fisiologismo político, essa troca de cargos por apoio político e abandono de causa. Não podemos negar que no governo Dilma, já começou no anterior a ela, nos últimos anos do governo Lula, nós tivemos significativos avanços nas esferas sociais, ainda que significativos, eles foram mínimos. Num contexto de lutas e de batalhas, tudo que foi almejado lá atrás, não se chegou a 10% do que deveria ter sido feito. Então eu acho que em relação ao governo dela, foram mantidos conselhos, temos o Conselho Nacional LGBT,

muito importante, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Temos vários outros ministérios e apoio dos movimentos sociais por parte de integrantes do governo dela, mas ao mesmo tempo que temos apoio, a gente tem a repressão aos movimentos sociais. Reprimindo um movimento social, tu estás reprimindo a causa, excluindo a causa, tirando a causa da luta, tirando de cena aquele objetivo, aquele ideal daquela pessoa. Eu acredito que o governo dela deixou a desejar nesse sentido, principalmente nesse sentido. E um governo que deixa a desejar nos direitos humanos e na conquista por direitos e liberdades, a meu ver, não é um governo, é um desgoverno.

P: Recentemente, a novela da Rede Globo *Amor à Vida*, exibiu o primeiro beijo entre dois homens na televisão brasileira. Como tu enxergas o papel da mídia no processo de legitimação da causa LGBT?

R: Eu entendo que a mídia tem fundamental importância na conquista de espaços e na legitimação da causa LGBT. Muito embora, como defensores da causa, ainda a gente entenda que tenha sido meio tardio, mas ele foi extremamente válido para mostrar a nossa sociedade mais aberta que a gente almeja um espaço maior, uma conquista maior de direitos. Eu entendo que esse protagonismo, realizado pela última novela das nove, no horário nobre, esse fator foi essencial para que muitas pessoas ainda fadadas ao preconceito pudessem entender, pudessem se abrir para entender o que significa o afeto entre as pessoas, ou pelo menos respeitar, aprender a conviver com afeto entre as pessoas do mesmo sexo e os LGBTs. Teve um exemplo, esses dias eu li uma matéria a respeito disso, que em 2005, uma novela do mesmo horário, do horário nobre, tinha um gay na trama e ele se relacionou, se apaixonou no decorrer da novela e parece que eles tinham gravado uma cena de beijo, dez anos atrás, se não me engano foi em 2005 [na novela *América, de Glória Perez*] e essa cena não foi ao ar. Eles gravaram duas cenas e preferiram no último dia cortar e colocar uma outra cena que não tivesse essa troca de carinho, de afeto. A gente não pode também condenar a atitude da emissora porque tem a questão do contexto histórico, mas acho que ali a Globo perdeu uma grande oportunidade de iniciar essa abertura de espaço, essa abertura para um conceito novo na sociedade, acredito que naquela época, se as pessoas já tivessem visualizado essa cena, muitas já teriam sedimentado o seu entendimento, o combate ao preconceito, verificar que a causa LGBT é justa e é válida e deve sim ser amparada por lei e que deve haver harmonia social entre as pessoas. Não adianta só tu dizeres que tu respeitas, se tu criticas, acho que tu tens que respeitar e aceitar o outro como ele é e isso não tem nada a ver com opção sexual, o que existe é a livre orientação sexual. Ninguém escolhe ser gay, ninguém escolhe ser lésbica, e as novelas vêm abordando essa temática LGBT nos últimos anos e elas podiam se aprofundar ainda mais. A questão do beijo, para mim, foi a cena que roubou a novela inteira, encerrou com chave de ouro a novela. A gente viu toda abordagem no início, como os gays, as lésbicas, os travestis são tratados, principalmente por novelas, por séries como aquela parcela marginalizada. O casamento do casal gay que tinha na novela, no meio da trama ele se desfez, tu não vês uma continuidade na felicidade dos LGBTs. Ainda que tenham sido abordados na novela, que teve o beijo no final, mas durante a novela teve a marginalização do Félix, que era uma pessoa má, o outro casal gay que não foi feliz. Então sempre essa marginalização ainda é visível nos seriados, nas novelas. Acredito que isso aí tenha que mudar. E o papel da imprensa, da mídia,

essa exposição da mídia não ridicularizada, mas como pessoas normais que todos são é importante.

P: Com base nas variáveis que o cenário contemporâneo apresenta, como tu acreditas que organizações, tais como os movimentos sociais, defensoras da causa LGBT devem pautar suas estratégias de ação, de comunicação e de relacionamento?

R: Primeiramente para que surtam os efeitos esperados nessas ações, os movimentos sociais, principalmente os ligados à causa LGBT, devem ser mais unidos. Pela Comissão da Diversidade Sexual, que há dois anos eu estou atuando à frente da OAB, a gente vê uma série de desavenças entre os próprios LGBTs, uma certa disputa até político-partidária entre as entidades e isso traz um malefício para a causa. Essa desunião e essa falta de harmonia de pensamentos e de atitudes são totalmente prejudiciais à causa, não tem como tu buscares na sociedade o amparo de direitos ou até mesmo apoio e sedimentar entendimentos com a população ainda preconceituosa se tu não praticas isto no teu contexto, dentro do teu convívio, de causa. Pela OAB, nós não levantamos bandeiras político-partidárias, a gente levanta bandeira de causa. Se nos chamarem no evento do partido A, nós vamos. Se nos chamarem pela ONG tal, nós vamos. O que a gente precisa é de união de esforços para conquista de espaços. Enquanto não houver esta união de esforços, neste contexto atual de Legislativo engessado por bancadas conservadoras, pela falta de políticas públicas dos nossos agentes governamentais, enquanto não houver união das entidades e dos movimentos sociais, vai ser difícil de almejar muita coisa por aí. Eu entendo que as entidades, as ONGs de qualquer espaço que a gente busque conquistar, são importantes para a causa. Só que para haver essa conquista de espaço, deve haver todo um histórico de união e de parcimônia entre discursos. O que a gente levanta bandeira é da causa, não é bandeira de ONGs. Todas são bem vindas, tudo que agregar em defesa da causa é bem vindo, mas a nossa causa, a nossa política que a gente persegue é em defesa da causa LGBT. Na OAB, devido à omissão do Legislativo e de algumas entidades, a gente não vê um certo clamor social por essa falta de garantias. A OAB como protagonista, em diversos momentos da nossa história, em que ela protagonizou a conquista de espaços e os avanços sociais, se viu obrigada junto a outras entidades da causa LGBT a formular um projeto de estatuto, uma legislação específica que amparasse os LGBTs. Não se pode mais conviver com decisões judiciais favoráveis e o legislador totalmente omissos, sem uma resposta legítima para a sociedade. Nós tivemos um exemplo disso, a decisão do STF de maio de 2011, que estabeleceu um paradigma, quebrou um tabu sobre o casamento homoafetivo. Ali naquele julgado, houve uma certa crítica por parte dos ministros com relação a essa omissão tão combatida do legislador. Até então, eles não criaram nenhuma legislação específica que amparasse o casamento igualitário. As mortes que ocorrem por homofobia, o indivíduo sofre homofobia na rua, num estabelecimento ou em qualquer lugar, até mesmo em casa, vai na delegacia registrar e ainda é motivo de chacota e de deboche. Ou seja, não tem amparo nas instituições; essa desarmonia de atitudes e de pensamentos que vão contra a nossa Constituição, ela é tenebrosa. Então, o Estatuto da Diversidade Sexual é um projeto de lei que foi elaborado pela OAB e por entidades não governamentais, por ONGs da causa LGBT e por juristas renomados e que prevê o casamento civil igualitário, o casamento homoafetivo, a adoção de crianças por casais homoafetivos, a própria criminalização da homofobia no artigo

100, dando penas rigorosas para esta prática. Eu acredito que enquanto nós não criminalizarmos [a homofobia], várias vidas vão continuar sendo ceifadas injustamente. A gente sabe que a vítima de homofobia não leva um tiro, uma facada. Ela leva quinze, vinte facadas, dez tiros, tem a cara desfigurada, a genitália mutilada e isso aí é uma prática de ódio que a gente deve combater arduamente. Aí está o estatuto, precisamos de 1,5 milhão de assinaturas, estamos em campanha nacional, contamos com o apoio de toda a sociedade, a gente participa de debates, o projeto está aberto, inclusive para debate. Tem crítica por parte de ONGs, dizendo que ele foi feito a portas fechadas, o que não é verdade, tanto que ele é aberto a proposições e alterações, até ser apresentado ao Congresso Nacional, quando a gente tiver o total de assinaturas. A exemplo da (*Lei da*) Ficha Limpa, ele será apresentado como projeto de iniciativa popular e obrigatoriamente deverá ir a plenário para votação. Não pode ser arquivado, sem ser votado. Espero que num breve futuro, a causa LGBT seja totalmente amparada legalmente e as pessoas assimilem mais o respeito ao direito e o livre arbítrio das pessoas, principalmente o direito de amar e conviver com pessoas que lhe fazem o bem, com quem se sentem bem. Essa é a nossa busca por uma sociedade mais harmônica, justa e feliz.

APÊNDICE B – Entrevista Vanessa Ourique Purper, relações-públicas

Porto Alegre, 7 de maio de 2014.

Pergunta: Fala um pouco da tua atuação como profissional de Relações Públicas no terceiro setor.

Resposta: A minha atuação específica no terceiro setor se iniciou quando eu trabalhei na Associação para o Progresso das Comunicações (APC), uma entidade sem fins lucrativos de atuação internacional, uma rede de outras organizações também da sociedade civil que trabalham em prol dos menos favorecidos através do uso estratégico das tecnologias de informação e comunicação e também fazendo pressões nos governos para que as leis dos países permitam maior acesso à população. Utilizando as TIC como uma ferramenta de desenvolvimento humano, basicamente. Eu trabalhei oito anos nessa organização, antes disso enquanto estagiária do Escritório de Turismo de Porto Alegre, que hoje em dia tem status de secretaria, eu tive oportunidade de me relacionar com os movimentos sociais e com o terceiro setor através das duas primeiras edições do Fórum Social Mundial. Foi onde começou a minha relação com o terceiro setor e depois, fui contratada pela APC como profissionalizada, registrada, enfim. Minhas atividades na APC compreendiam a coordenação de logística e eventos, eu organizava os eventos dos projetos que faziam parte dos programas de ação da APC em três frentes; uma das frentes era de *lobby*, de apoio aos governos, de pressão aos governos por mudança nas políticas; um dos outros campos de atuação da rede era o programa de apoio às redes de mulheres, muitos países do mundo ainda não favorecem a educação da mesma forma que disponibilizam para homens, no universo feminino, então se faz importante ainda, mesmo no ano de 2014 uma atuação maior nesse sentido; e também o programa que agora mudou de nome, mas na época se chamava estratégia de capacitação. Todos esses programas tinham uma série de ações e muitas delas envolviam organização de eventos presenciais, onde as pessoas precisavam se qualificar, precisavam conhecer sobre pesquisa, conhecer as tecnologias para poder então voltar às suas origens, voltar às suas comunidades e aplicar esses conhecimentos com os seus pares. A atuação do profissional de Relações Públicas no terceiro setor eu vejo como de extrema valia e essencial, eu diria em função das características que um bom profissional de Relações Públicas deve agregar, que são elas: qualidade de administração, gestão de projetos, gestão financeira, a questão humana também em especial porque a gente tem como tarefa essencial a harmonia entre os objetivos da organização e o alcance desses objetivos com os públicos. Então, a atuação do profissional nesse sentido, com alma, coração e técnica faz toda a diferença na minha opinião. Uma coisa que eu acredito que seja bem importante de pontuar também é que a gente, por estudar Comunicação Social, acaba tendo contato com outras técnicas que as habilitações de Comunicação dominam. Por exemplo, a função de um folheto, a função de um jingle, a função de um VT, noções de edição. Pode ser que a gente não domine o fazer, a gente não saiba usar um software de edição de vídeo, mas a gente consegue trabalhar com os profissionais que fazem isso para dizer que o nosso objetivo é “x” e que, portanto, o código daquela imagem pode ser melhorado.

P: Ao longo das últimas décadas, a atividade de Relações Públicas passou por significativas transformações. Em que medida tu acreditas que essas mudanças podem auxiliar organizações como os movimentos sociais?

R: Eu penso que essas mudanças foram para melhor. Penso que os profissionais de Relações Públicas estão mais qualificados tecnicamente para usar as ferramentas de Comunicação Social em favor das organizações em geral e, em especial, as organizações como os movimentos sociais justamente em função dessas busca que o nosso professor Roberto Simões chama da “ética e da estética da atividade”, que diz respeito ao fator primordial da busca da aplicação desta ferramenta que é a harmonia, é a conquista dos objetivos, é a integração das ações com a realidade e justamente pelos movimentos sociais existirem em função de necessidades dos grupos sociais, por exemplo, na questão de gênero, é uma questão que há muito tempo existe, ela é certamente mais velha que a pedra, mas em algumas comunidades, em algumas sociedades, ela não é bem vista, ela não é bem aceita. A gente sabe que na Uganda, é proibido ser homossexual e que as pessoas são linchadas por causa de suas opções. Isso é inaceitável, é uma postura individual, é uma escolha, muitas vezes é uma escolha natural, as pessoas nascem dentro de um corpo, mas a sua alma não condiz com aquele corpo. Não respeitar-se é uma coisa muito difícil, uma coisa que não deveria acontecer com nenhum ser humano em nenhuma instância, especialmente quando é relacionado à questão da opção sexual. Então, eu acredito que as mudanças da qualificação que os profissionais de Relações Públicas têm hoje no Brasil fazem toda a diferença pra consecução da missão e da visão das organizações do terceiro setor e das organizações da sociedade civil, em especial nessas que trabalham nos espaços que os governos deixam em aberto. Se uma sociedade está tão desregulada no sentido de não permitir que seja garantido o direito de opção sexual, tem muito espaço para que a sociedade civil se movimente, se mobilize e se valha das competências do profissional de comunicação, em especial dos de Relações Públicas, para tornar tão comum, acessível, ético, objetivo, harmonioso esse estar. Isso é uma opção sexual de cada um, por exemplo, e da mesma forma que a APC batalhava pelos direitos de acesso à informação, esse é um direito essencial. Informação é poder, quanto mais poder a gente tem, quanto mais informação a gente acumula, melhor chance a gente tem de escolher caminhos. E eu acredito que os profissionais de Relações Públicas têm o dever de fazer isso, o dever de compartilhar informações, de tornar acessíveis as informações, de alertar outros grupos para o respeito, para a serenidade, para a ética e para o equilíbrio das sociedades.

P: Quais devem ser na tua opinião as características e habilidades do relações-públicas que queira atuar neste segmento específico de mercado? Quais cuidados precisam ser observados por ele na sua prática profissional?

R: Eu penso que as habilidades são possíveis de serem desenvolvidas, pode ser que um profissional, um indivíduo não as tenha, mas durante a sua formação profissional e durante a execução do seu trabalho, isso venha a aflorar. Eu julgo como de extrema importância a ética, o respeito, o respeito à diferença especialmente, valores morais com boas bases. É muito difícil em alguns momentos a gente falar em moral, porque dá uma sensação de rigidez, uma sensação de pequenez e de restrição. Mas ao penso que ao contrário, o entendimento da diferença, o entendimento de que as pessoas têm opções diferentes e isso pautado pelo respeito faz toda a diferença. Outra coisa que eu julgo essencial é a calma e o

equilíbrio emocional do profissional de comunicação, em especial do profissional de Relações Públicas que trabalha no terceiro setor. Eu penso que quando a gente está em harmonia com a gente, com o nosso mundo, com a nossa alma, quando a gente está sereno com as nossas escolhas, fica mais fácil de atuar em qualquer situação. Muitas vezes os movimentos sociais, as organizações do terceiro setor trabalham com uma verba restrita, trabalham com questões muito problemáticas para algumas sociedades, muitas vezes precisam enfrentar situações de violência, inclusive em função da sua causa. Então, essa firmeza de caráter, pautada no respeito, pautada na serenidade, no equilíbrio, na harmonia interna num primeiro momento para depois poder emprestar isso para os trabalhos também. Quando a gente trabalha em contextos multiculturais, isso fica muito óbvio, muito fácil de perceber. Se eu sou um profissional de comunicação e eu preciso facilitar um evento, nesse evento vai ter um *coffee break* e um almoço e eu estou trabalhando com muçulmanos, eu não vou servir carne de porco para eles. Isso é um pequeno cuidado que faz toda a diferença. Se eu estiver trabalhando com uma agenda que tenha uma atividade prevista para o horário da missa, eu não vou poder executar a minha atividade porque eu tenho que respeitar a opção religiosa das pessoas. Então são pequenos cuidados. Esses dois são exemplos especificamente de eventos, mas a gente precisa ter cuidado inclusive com o uso da língua, independente da língua que a gente esteja trabalhando. A linguagem, um nível de formalidade em função do respeito que a gente possa demonstrar, eu penso que é uma característica que a gente precisa observar nesse mercado. Conhecimento também das causas e das situações, conhecimento da história, o que aconteceu antes para a gente estar aqui agora com esta situação batalhando para que ela se transforme. Eu acho que esse conhecimento é importante de ser recolhido durante essa caminhada. Isso facilita a execução dos trabalhos, isso facilita a identificação das ferramentas corretas. Adequação é uma coisa que um profissional de Relações Públicas, um profissional de comunicação em geral precisa ter, ser muito adequado na sua postura, na sua conduta e nas suas proposições ao planejar situações e ações, situações que queiram ser modificadas através de ações, quais ações, que tipo de ações e para que não caia também no pecado de em estar lutando pela causa e eu acabe me tornando como meu algoz, fazendo os mesmos erros e prestando o mesmo tipo de desserviço em função de má utilização da linguagem, do respeito e do contar com outros grupos em função dessas diferenças.

P: Na qualidade de profissional de Relações Públicas, como tu enxergas a atuação das organizações do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, movimentos sociais, etc.) no Brasil atualmente?

R: Eu penso que essas organizações são muito importantes justamente pelos espaços que os governos, que são os responsáveis pela condução dos povos, deixam em aberto. Tem coisas muito básicas que faltam, como saneamento, e coisas mais elaboradas, como acesso à cultura, ao lazer, a permissão para ser o que se é. Então eu julgo de extrema importância as organizações do terceiro setor que atuam nesse sentido, justamente porque tem espaço para isso. Muitas vezes as coisas são simples no fazer, mas os governos não dão conta, a sociedade precisa, as pessoas são carentes de espaço para ser o que são, para estudar, para se divertir, para compartilhar, enfim. Isso é uma questão do ser humano, são importantes esses espaços. Ao longo da existência dos *homo sapiens* na Terra, a gente consegue perceber que algumas são fundamentais, o momento do ócio é

fundamental, o momento do lazer, o acesso à comida sem veneno, diga-se de passagem, pois tem uma série de organizações que trabalham com agricultura familiar, agricultura sem veneno, que é uma coisa que eu me preocupo bastante nos dias de hoje. Os movimentos sociais que lutam por causas bem específicas são bem louváveis porque muitas vezes trabalham com pouquíssimo recurso, mas com muita energia, com muito amor, com muito coração, com muita fé. Eu vejo que quando a gente acredita numa coisa e essa coisa é de fato do bem, isso faz diferença numa sociedade e eu fico honrada de saber que existem muitas pessoas no mundo e no Brasil que trabalham por essas causas, muitas vezes sem ganhar nada. O retorno é muito mais pessoal do que financeiro.

P: Numa perspectiva mais específica, como tu classificas a atuação das organizações deste segmento cujo foco de atuação é a causa LGBT?

R: Cada vez mais importante justamente para acomodar as opções das pessoas. Nós, graças a Deus, no Brasil já temos uma condição de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Isso é uma coisa que já acontece há muito tempo e quando a gente transfere essa realidade para o mundo jurídico, tem gente que já saiu muito prejudicada das suas relações, construiu uma vida inteira com alguém, essa pessoa por uma fatalidade morreu e ele ficou sem nada. Essa construção foi feita em conjunto. Muitos casais homossexuais são melhores pais e mães que muitos casais convencionais, digamos assim. Aliás, organizações que trabalham em prol da defesa dos direitos das lésbicas, dos gays, dos transexuais e dos bissexuais têm um papel bastante importante, a gente sabe que isso é uma realidade, essas pessoas precisam ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão em vários níveis, não só a permissão de caminhar livremente na rua e não ser espancado por um bando de idiotas e até o ponto de construir um patrimônio, de doar um nome, de construir uma família. Então, eu vejo uma causa muito nobre nesse sentido. Eu tenho um respeito muito grande pelas pessoas que fazem parte desses movimentos e pelas organizações que estão até hoje batalhando para que essas pessoas com essas opções tenham seus direitos garantidos e seu espaço na sociedade de várias formas, não só na questão jurídica, mas também na questão da saúde. São seres humanos, não interessa se ela resolveu, se ela se sentiu pressionada a ocupar o corpo que tem em função da sua alma, isso deve ser respeitado em qualquer instância.

P: Qual a tua opinião acerca de iniciativas como as paradas livres e “beijaços” promovidos por ONGs e movimentos sociais ligados à temática LGBT? Por quê?

R: Eu penso que é um instrumento muito bom de alerta. Tem muita gente que acaba tomando conhecimento dessas causas em função dessas ações que acontecem nos espaços públicos especialmente, nas áreas que são compartilhadas nas cidades, nas praças, nos parques, caminhadas. A gente tem a mídia como apoio nesse sentido, acaba virando pauta dos veículos, e pessoas que talvez não tivessem sequer o conhecimento a respeito dessas situações, podem conhecer em função dessas oportunidades, em função dessas iniciativas que os movimentos têm. Eu penso que a razão pela qual isso é feito como é feito nos dias de hoje no nosso país também não é grátis, tem uma razão de ser. Eu tenho certeza absoluta que durante

muito tempo os homossexuais existiram e ficaram velados, guardados, sem se expor de nenhuma forma em função da sociedade, em função da mentalidade reacionária dos nossos espaços, por questões familiares também, pois não são todas as famílias que aceitam as opções dos filhos, dos sobrinhos, das pessoas que têm por natureza uma opção diferente. Lidar com a diferença não é uma coisa muito fácil, mas precisa ser pautada pelo respeito. Não é porque é diferente que é ruim, que é mau, que não deve acontecer. Então, esse tipo de atividades, como os “beijaços” e as paradas livres, cumprem essa função. Isso vem crescendo, os números mostram esse crescimento, cada vez mais têm pessoas engajadas, cada vez têm mais pessoas que são simpatizantes da causa. Eu não sou gay, eu não sou lésbica, eu não sou transexual, eu não sou bissexual, mas eu vou na caminhada porque eu acho importante estar presente, ser mais um, ser mais uma formiguinha dentro do formigueiro e fazendo a minha parte: apoiando a causa e mostrando que existe harmonia nisso também e não é porque essas pessoas têm opções sexuais diferentes que elas não podem pertencer a esta mesma sociedade. Então eu julgo muito importante esta iniciativa e acho isso especialmente importante quando existe engajamento de outros setores. A gente vê normalmente nessas paradas, nesses “beijaços” muitas organizações que não tem como causa a questão LGBT, mas que apoiam, que estão presentes, que assinam esses *statements*, e estão juntos para dar força, para dar corpo e dar voz para essas ações.

P: Recentemente, a novela da Rede Globo *Amor à Vida*, exibiu o primeiro beijo entre dois homens na televisão brasileira. Como tu enxergas o papel da mídia no processo de legitimação da causa LGBT?

R: Eu penso que a mídia tem uma função social muito importante, não seria o quarto poder se não tivesse a importância que tem, as grandes emissoras de televisão e os grandes veículos de mídia, nós sabemos que tem um poder de influência muito grande na sociedade, derrubam presidentes, elegem presidentes, transformam a maneira de entregar os fatos de acordo com as suas perspectivas políticas e econômicas. Eu penso que tem uma função social bem importante, nós sabemos que a questão da opção sexual está posta há muito tempo. De uns tempos para cá, ela começou a tomar força, em função dos movimentos sociais, das ONGs, das OSCIPs que batalham por essa causa e eu penso que é uma manobra muito bem articulada. É importante para a Rede Globo ter legitimidade junto à população brasileira, junto aos seus telespectadores. Se é uma coisa que está acontecendo na sociedade e não é retratada ou se é retratada de uma forma reacionária, acredito que ela perderia talvez um pouco de legitimidade. Não tratar do assunto também não é um bom caminho, eu julgo. Então o fato de a novela *Amor à Vida* ter exibido o primeiro beijo gay e na condição que exibiu, numa condição de harmonia, de transformação, de vitória junto a vários espaços, o personagem começou heterossexual e terminou gay, terminou casado com outro homem. Eu não vejo novela há muitos anos, mas se não me engano esse foi o caminho: ele era casado, tinha um filho, escondia sua condição de homossexual no início da novela, ele tinha um amante. Também é um pouco do retrato ao longo dos tempos, ela está, mas é velada, não pode ser trazida à tona. Ao longo do tempo, na reta final da novela, ela é trazida à tona, ela é aceita, ela é tratada de uma maneira harmônica, amorosa dentro da família e da sociedade à qual pertence também. Confesso que tive na situação um pouco de coceira, eu achei muito estardalhaço, porque para mim é uma coisa muito natural ser gay, ser homossexual, ser bissexual, ser transformado. Eu

sei que isto está na novela das 21 horas, no horário mais caro da televisão brasileira, tem um preço bem grande. Eu acho que é uma jogada bem estratégica da TV Globo, ainda mais em ano de eleição, tem questões políticas e econômicas sempre voltadas e que perpassam os desejos das grandes redes e em especial da Rede Globo. Eu penso que é uma coisa que muitas pessoas sabem, muitas pessoas que estudam Comunicação Social e que acabam tendo contato com bons professores que acabam abrindo os olhos para muitas coisas. A empresa é uma empresa, é uma organização como outra qualquer que tem seus objetivos, que tem as suas políticas, as suas filosofias e tem os seus alinhamentos com o poder público. Então eu penso que foi um ponto positivo para a Rede e por que não dizer que, de certa forma, muitas senhorinhas, avozinhas bem reacionárias sentadas no seu sofá que há 39 anos assistem à novela todas as noites não tenham se sentido tocadas para o bem em função disso, talvez consigam aceitar seus netos gays de uma forma mais tranquila porque apareceu na novela. Se isso existe, se isso tem força, que seja utilizado para o bem então. Eu sou sempre desta posição. Eu penso que é importante na história do nosso país e, se não fosse, não teria todo esse estardalhaço. A gente viu muitas pessoas se manifestando nas redes sociais, especialmente no facebook e no twitter, as pessoas tiravam foto da novela, tiravam foto na TV para postar no facebook dizendo que apoiavam também. Acho que nem são engajados com a causa, mas em função daquilo acabaram manifestando positivamente alguma posição. Principalmente neste ponto foi favorável.

APÊNDICE C – Entrevista Lucas Boni Maróstica, estudante universitário e militante do movimento *Juntos!*

Porto Alegre, 9 de maio de 2014.

Pergunta: Como se deu a tua descoberta pessoal enquanto LGBT?

Resposta: Foi uma descoberta um pouco complicada, porque eu morava lá em Guaporé, interior do Rio Grande do Sul, uma cidade de 20 mil habitantes, extremamente conservadora e a verdade é que naquela época um homossexual, um gay, uma lésbica não via na rua gays ou lésbicas e não via na televisão gays ou lésbicas, não via nos filmes. Então, o que acontecia basicamente com as pessoas que nasciam antes da minha época, eu nasci em 1990, devia ser muito mais complicado, mas o fato é que não se viam LGBTs. Então, se tu não vês, tu podes ter um desejo na tua cabeça, tu nunca viste, é uma questão complicada para a pessoa se reconhecer enquanto sujeito e poder “ah não, eu também tenho direito de beijar quem eu quiser”. Então, normal, condição sexual, tinha os meus desejos, mas o que aconteceu quando eu me descobri: lá pela quinta, sexta série, quando eu tinha 12 ou 13 anos, eu sofri muita homofobia na escola, porque eu tinha um jeito, como a galera costuma brincar, de “bicha afetada”. Eu era mais ou menos assim e eu era muito implicado. Eu não conseguia entender o que tinha de errado comigo, porque as pessoas me xingavam e eu não conseguia entender qual era o problema. Mas enfim, superado esse momento aí, que foi só naqueles anos ali, quinta, sexta e sétima série, em que eu era perseguido por questões homofóbicas, lá pela oitava série, primeiro ano, depois de beber muito, eu acabei ficando com um amigo, meu melhor amigo. Foi aí que eu me descobri e conversei sobre isso com meu amigo, que também era gay, e ele me falou “ah, eu também sou gay”, foi a partir desses amigos que eu comecei a reafirmar a minha identidade, fui contando para os amigos, sempre lidei de forma bem tranquila com isso e sempre enfrentei homofobia na cidade, sempre fui perseguido, saía na rua e passava um carro e alguém gritava “viado”. Sempre aconteceu lá em Guaporé. Agora, não acontece mais, as pessoas têm medo de mim, as pessoas não falam mais isso. Felizmente, mudou um pouco. Porque elas sabem que se falar eu respondo, não fico de cabeça baixa. Então, foi nesse processo que eu comecei a me descobrir.

P: Como se deu a tua inserção no movimento LGBT e, mais especificamente, no *Juntos!*?

R: As duas coisas andam mais ou menos conjuntamente. A minha relação com os movimentos sociais começa em 2010, no final de 2010. Eu morava lá em Guaporé, nunca tive uma cadeira de sociologia, nunca tive uma cadeira para pensar a sociedade, para pensar o mundo. Meu primeiro contato com isso foi na PUCRS, na Famecos, nas cadeiras que envolviam sociologia, antropologia, e ali que eu comecei a ver que existiam ciências para pensar a sociedade. Então, a partir daí, que eu comecei a ter uma visão mais crítica do mundo. E foi a partir dessa visão crítica que em 2010 eu acompanhei a eleição, acompanhei os partidos, acompanhei os candidatos, acompanhei as propostas e, mesmo trabalhando na Assembleia Legislativa, na época trabalhava com deputados de outros partidos, acabei votando em quase que todos os candidatos do PSOL antes de ser filiado ao partido. Então,

me filiei ao PSOL logo em seguida, quando a Luciana Genro não se elegeu, porque eu pensei que não era possível alguém fazer 130 mil votos e não se eleger. Por isso, vou militar neste partido, para que isso não se repita. Entrei no PSOL e logo no início de 2011, comecei a pipocar na PUCRS aquele movimento para derrubar a máfia do DCE. Comecei a participar a partir disso. Em junho, teve a fundação do *Juntos!*, no meio da luta da PUCRS, teve um congresso da União Nacional dos Estudantes que eu fui e um dos principais debates a nível nacional foi a questão da PUCRS e foi aí que o *Juntos!* se criou, ele foi fundado num congresso da UNE. Teve um ônibus que saiu da PUCRS, eu saí com um ônibus da galera da UFRGS, que já eram pessoas que iam estar na fundação inicial do *Juntos!*, participei da fundação do *Juntos!* e nesse primeiro encontro da fundação, foi a primeira vez que eu participei de um debate sobre gênero e sexualidade, teve um grupo de trabalho de gênero e sexualidade, eu muito inexperiente nunca tinha ouvido falar nada sobre as pautas do movimento. Foi meu primeiro contato com outros LGBTs que estavam se organizando para lutar por suas causas. Depois desse primeiro contato, ainda no ônibus, eu disse que queria montar uma setorial aqui em Porto Alegre que debata questão LGBT. E por acaso, o *Juntos Pelo Direito de Amar*, que está em vários estados do Brasil tais como Pará, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, começou aqui em Porto Alegre com a minha iniciativa. Ele começou aqui por aquele primeiro debate. Ele veio a se consolidar mesmo como organização depois de uma excursão que eu participei, saindo da UFRGS, num encontro nacional universitário sobre diversidade sexual, que aconteceu em Salvador. Daí como lá eu conheci muitos LGBTs, voltei para Porto Alegre, convidei eles para uma reunião e, a partir daí, nasceu o *Juntos Pelo Direito de Amar*.

P: A respeito das estratégias de visibilidade da setorial LGBT do *Juntos!*, quais aspectos tu consideras positivos e quais tu consideras necessárias melhorias?

R: Eu acho que do início para cá, a gente melhorou muito no aspecto de divulgação e de visibilidade da nossa causa. Aspectos positivos: a gente prioriza muito a luta na rua, através dos “beijos”, das manifestações, das semanas de diversidade sexual. A gente dialoga muito com o fato político do momento, na verdade. A gente está sempre acompanhando o que está sendo debatido a nível nacional. O nome *Juntos Pelo Direito de Amar* tem relação com a campanha do casamento civil igualitário, que é uma campanha que o [deputado] Jean [Wyllys, do PSOL-RJ] estava travando em 2012. A gente sempre procurou se vincular a uma campanha de alcance mais nacional, então isso facilitou embarcar nas pautas que o Jean trazia. Ele nos representou muito, pois no primeiro ano do mandato, ele trabalhou o casamento, no segundo, ele trabalhou a questão das travestis e transexuais com a Lei João Nery. A gente procurou acompanhar os passos dele, porque a visibilidade dele sempre foi muito maior do que a nossa. Isso ajudava, então a gente embarcou nessa. Isso nos ajudou a conquistar um espaço social aqui em Porto Alegre, também porque não têm muitas organizações que debatem a pauta LGBT e, das poucas que têm, são poucas que acompanham as lutas, as manifestações. Então, eu acho que o que mais nos dá visibilidade é ter o tino de saber qual o fato político que vai dar mais visibilidade à nossa causa. Por exemplo, o Bar Pinguim, deu todo aquele rolo lá, a gente organizou uma manifestação. A gente conseguiu levar para uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos [da Câmara de Vereadores de Porto Alegre], foram feitas matérias. A gente também está sempre acompanhando os

casos de homofobia. Cada fato político que tem na cidade sobre o movimento LGBT, eu acredito que o *Juntos!* tenha se inserido desde a criação. Esse é o nosso aspecto positivo, o nosso vínculo com as pautas diárias mais atuais do movimento. Como aspecto que tem que melhorar, mas que tem melhorado bastante, é que o *Juntos!* tem um diálogo nas redes sociais que é muito bom. Dos coletivos de juventude, nós somos o que tem mais curtidas no facebook, 30 mil curtidas. A setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* tem só 3 mil curtidas. Então, a criação e o envolvimento das pessoas nessa página é muito recente. No começo, era muito difícil, hoje já está mais fácil, o pessoal cria muitos memes. Por exemplo, Emerson Sheik do Corinthians de um selinho em um jogador, a gente divulgou, fez um meme. A Valesca Popozuda fez uma fala, a gente larga um meme com a Valesca Popozuda defendendo a causa LGBT. Então, esse tino das redes sociais a gente começou a ter. Mas também tem o fato de não termos muitas pessoas, algo que a gente precisa se organizar para o próximo período no nosso coletivo que façam esses memes, que acompanhem as notícias, que façam posts. Então eu vejo que essa é a nossa maior dificuldade, que a gente poderia estar sendo bem mais produtivos nas redes sociais, poderia estar utilizando vídeos, poderia estar utilizando outras ferramentas de comunicação, mas a gente tem também a questão da debilidade. Não conseguimos fazer tudo que a gente gostaria, mas é algo que a gente pode melhorar.

P: O *Juntos!* é bastante conhecido por suas relações com o PSOL, tendo como seus fundadores destacados membros deste partido. Considerando a causa LGBT, quais poderiam ser, na tua opinião, eventuais oportunidades e eventuais ameaças desta relação para o movimento?

R: De fato, na fundação do *Juntos!*, muitas pessoas presentes eram do PSOL. A própria [vereadora em Porto Alegre] Fernanda [Melchionna] é uma fundadora do *Juntos!*. Eu acho que o *Juntos!* para nós é uma ferramenta diferente do PSOL porque ele pretende organizar a juventude brasileira, ao contrário do PSOL, que tem um projeto muito mais amplo, um programa socialista, toda uma outra lógica. Mas a verdade é que os partidos têm encontrado muita dificuldade para dialogar com a população em geral. Olha o que são as maracutaias no Congresso, na Câmara, nos governos. A população rechaça os partidos também. Então o *Juntos!* é uma forma de organizar a juventude anticapitalista que não queira se organizar num partido para lutar por suas causas. Por vezes, aparenta ser um projeto muito parecido com o do PSOL, pois o PSOL tem um mandato que debate a questão LGBT e o *Juntos!* tem uma setorial LGBT. Nós temos semelhanças e não escondemos essas semelhanças. Eu acho que o *Juntos!* deve manter sua independência do partido, ele tem caminhado para isso. Conforme a gente vai crescendo, vai ficando cada vez mais clara, a meu ver, essa separação, o que é o *Juntos!*, o que é o PSOL. O *Juntos!* anima uma rede de cursinhos populares, o Emancipa, lá em São Paulo, uma série de questões que nos diferenciam do PSOL. Por exemplo, em Porto Alegre, em 2012, a gente achou que deveríamos ter como candidata a Fernanda, pois foi uma linha do *Juntos!* para aquele período, de ocupar a política. A gente ocupou a política pelo PSOL, que é um partido que nas nossas lutas, quando a gente vai pra rua, é o PSOL que está na rua também. Então, a gente tem proximidade ideológica com o PSOL, talvez até mesmo com o PSTU em alguns sentidos, estamos participando de uma construção ampla com o PSTU em nível nacional. Mas vou te dar um exemplo: lá em 2012, eu nunca tinha pensado em ser candidato. Só que o núcleo do *Juntos Pelo Direito de Amar* reunia dez pessoas e elas chegaram à conclusão de que não

dava para ficar só nas reuniões, debatendo formação política. Nós temos que ocupar a política, pois não tínhamos um candidato nosso. A gente decidiu que ia ter e a gente decidiu que ia ser pelo PSOL e eu fui candidato pelo PSOL. Não fui, foram só 40 dias, mas porque foi uma decisão do coletivo e eu acabei sendo candidato naquele período. Acredito que nesta eleição, nós não teremos tantos candidatos do *Juntos!* pelo PSOL. São duas ferramentas distintas, atuam de maneiras distintas, o PSOL é mais institucional, o *Juntos!* é mais movimento social. Então, a gente está sempre aí, fazendo a nossa pressão aos governos, às câmaras, aos parlamentos, a gente não se abstém de criticar a institucionalidade, não se abstém de criticar a Câmara, os parlamentares, por termos uma proximidade com o PSOL, apesar de que nós reconhecemos o PSOL como um partido importante.

P: Com base nas variáveis que o cenário contemporâneo apresenta, como tu acreditas que organizações, tais como os movimentos sociais, defensoras da causa LGBT devem pautar suas estratégias de ação, de comunicação e de relacionamento?

R: A mim, um dos pontos muito importantes de todo movimento social LGBT, acho que esse é o mérito do *Juntos!*, é a independência dos governos na sua estratégia política. Tem que ter independência, pois se for atrelado ao governo, perde o foco, tu não vais poder fazer aquela crítica que antes tu fazias. Nossa independência dos governos nos possibilita liberdade para criticar, para propor e para cobrar, esta última toda premissa de um movimento social. Não significa que não se vá dialogar com o governo, nós dialogamos com os governos, nós dialogamos com o governo municipal aqui através da [secretária adjunta para a livre orientação sexual] Gloria Crystal, já nos reunimos com o [governador] Tarso Genro. Apesar de não ter acontecido nada com as nossas pautas, a gente se propôs a dialogar com ele. Então para mim o diálogo é fundamental, tentar dialogar com todas as instâncias, mesmo por vezes com organizações que não fazem parte do nosso campo ideológico. Para mim, isto é muito importante, tentar construir um relacionamento de maior unidade dentro do movimento social, dentro do movimento LGBT, em que pese que em alguns momentos não tem como. Por exemplo: queremos fazer uma marcha contra a homofobia, mas queremos que essa marcha vá cobrar da Assembleia Legislativa e do Palácio Piratini. Aí vai ter uma organização que vai dizer que não quer ir no Piratini porque é uma organização muito atrelada ao governo e não quer ir lá bater nele. Então, dificulta a unidade. Mas dentro das possibilidades, contra [Marco] Feliciano, contra [Jair] Bolsonaro, não tem porque não estarmos todos unidos numa mesma frente. Quando a gente fez um “beijaço” na frente da sede do PP, pedindo a cassação do [deputado Luis Carlos] Heinze, a gente dialogou com organizações que cotidianamente a gente não organiza. Para mim, o movimento social tem que ter independência do governo e dialogar que, no nosso caso, que nós temos independência, tem que dialogar com aquelas que não têm tanta independência em momentos que é possível a gente ter uma convergência mínima para as nossas pautas. Sobre a comunicação: os movimentos sociais que têm mais dinheiro, que têm mais estrutura, como, por exemplo, o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], já têm uma possibilidade de fazer uma comunicação, de contratar profissionais, de ter uma dinâmica. Mas nós, dentro do movimento LGBT, as organizações são muito incipientes para ter uma organização muito forte na comunicação. Então, a gente recorre à boa vontade da nossa militância, do ativismo dos voluntários que se dedicam às nossas organizações. Então está muito baseado

nisso, a gente discute a comunicação, mas é como eu te disse, temos dificuldades porque faltam pessoas. Acredito que conforme o nosso movimento vá crescendo e eu acredito que ele está crescendo, é grande a possibilidade de, como acontece no *Juntos!*, que tem um grupo responsável pela sua comunicação. Então não vai existir um dia que o *Juntos!* não vá postar no facebook, não vai existir um turno do dia sequer que o *Juntos!* não vá postar no facebook. Todos os dias, tem publicações pensadas para ter uma estratégia de comunicação para as redes sociais. Nosso movimento LGBT ainda não consegue ter, conforme a gente crescer e ter mais pessoas, sem dúvidas vamos pensar um plano para poder divulgar nosso trabalho nas redes sociais e nas ruas a gente sempre procura fazer panfletagens, colar cartazes. Então essas são nossas maneiras de dialogar, pois não temos condições financeiras de fazer publicidade, *outdoors*, então acaba sendo limitada a nossa estratégia, mas acho que dentro das nossas possibilidades, a gente tem ido bem até.

P: Na qualidade de militante, como tu enxergas a possibilidade de um planejamento orientado por um profissional de Relações Públicas para a setorial LGBT do *Juntos!*? Que aspectos tu acreditas que este planejamento deve levar em conta?

R: Eu acho que seria extremamente interessante que isso acontecesse, mas que o profissional de Relações Públicas se sinta um militante, um participante da setorial. Porque a estratégia da comunicação está muito vinculada ao tino da política, se tu estás na organização e tu sabes quais são os nossos debates no período, tu sabes quais são os nossos enfrentamentos principais, quais são as nossas campanhas, tu consegues entender a lógica da nossa luta, da nossa opressão, do nosso movimento, é muito válido que tenhamos profissionais de Relações Públicas, do Jornalismo e da Publicidade trabalhando com o movimento porque conseguem entender as necessidades e as dificuldades e conseguem dialogar com elas. Neste sentido, acharia uma experiência interessante, sabendo das nossas debilidades, porque são poucas pessoas fazendo muitas coisas. Mas acho que certamente seria bem interessante. Mas não veria a gente contratando uma agência ou um profissional, não vejo isso acontecendo. Obviamente, as organizações políticas no geral contratam seus profissionais, mas sempre alguém que foi militante, ou que seja ligado à causa. Então, se em algum momento tivesse essa possibilidade, esse plano mais ousado de contratar alguém das Relações Públicas, sem dúvidas não contrataria qualquer agência, contrataria pessoas que eu já conheço, que tivessem experiência no movimento. Sem esse vínculo não seria tão efetivo, a mim seria efetivo, seria bom para o movimento se tivesse esse vínculo, ela precisa se sentir parte da construção. Se não fosse dessa forma, talvez teria sua efetividade, mas tenho minhas dúvidas. Para nós também seria mais difícil passar para a pessoa que é de fora, é muito mais fácil quando a pessoa já teve um contato.

APÊNDICE D – Roteiro do grupo focal

**GRUPO FOCAL CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E TEMÁTICA LGBT:
SUGESTÕES À SETORIAL *JUNTOS PELO DIREITO DE AMAR***

- **Data:** 24 de maio de 2014
 - **Horário:** 15 horas
 - **Local:** Rua Dr. Armando Barbedo, 1172 – Edifício Val Ceniz – Bairro Tristeza
 - **Moderador:** Moacir Josué Dias Soares
 - **Documentadora:** Ana Elba Peixoto de Abreu
-

Bloco 1 – Descoberta pessoal: ser homossexual/bissexual

- Processo particular da descoberta (idade, como se sentiu...)
- Recepção de familiares e amigos
- Como o ser homossexual/bissexual te faz enxergar esta temática?

Bloco 2 – Cenário contemporâneo para a temática LGBT

- Variáveis políticas (níveis federal, estadual, municipal)
- Temática LGBT: Legislativo X Judiciário
- Representações da homossexualidade/bissexualidade na cultura (novelas, filmes, literatura, artes visuais, música)

Bloco 3 – Organizações que atuam em prol da causa LGBT (ONGs, movimentos sociais, OSCIPs, etc.)

- Contextos político-legal e cultural enquanto geradores de oportunidades e ameaças
- Efetividade de sua ação
- Estratégias de visibilidade e comunicação (paradas livres, “beijaços”, etc.)
- Possibilidade de militância em uma organização

Bloco 4 – Movimento *Juntos!* e sua setorial LGBT, *Juntos Pelo Direito de Amar*

- Conhecimento
- Efetividade das estratégias de comunicação e visibilidade
- Relação movimento e partido político (PSOL): oportunidades e ameaças
- Relação do movimento com as esferas governamentais e com outras organizações pró-LGBTs (ONGs, outros coletivos e também empresas)
- Sugestões à comunicação da setorial LGBT

ANEXO A – Jornal impresso do *Juntos!*ANEXO B – Site institucional do *Juntos!*

Juntos!

← → ↻ j juntos.org.br

A juventude entra em campo: Faltam 01d 07h 18min 14s para o 15M!

JUNTOS!
POR OUTRO FUTURO

Cartão (31 mil) | +1 (177) | Seguir (2.220 seguidores)

Juntos! Faça parte Debates Estados Setoriais Contato

#15M - A unidade que vai parar o Brasil!

De norte a sul do país a juventude, junto aos movimentos sociais e trabalhadores, vai entrar em campo para marcar o dia 15 de maio como um grande dia de luta em mais de 16 estados e mais 50 cidades do país. 15M será o dia nacional de lutas da juventude indignada!

JÁ SOMOS MAIS DE 300 EM TODO O BRASIL

Assine você também o manifesto do 15M!

Pelo Brasil Pelo mundo Facebook GRUPO PERFIL

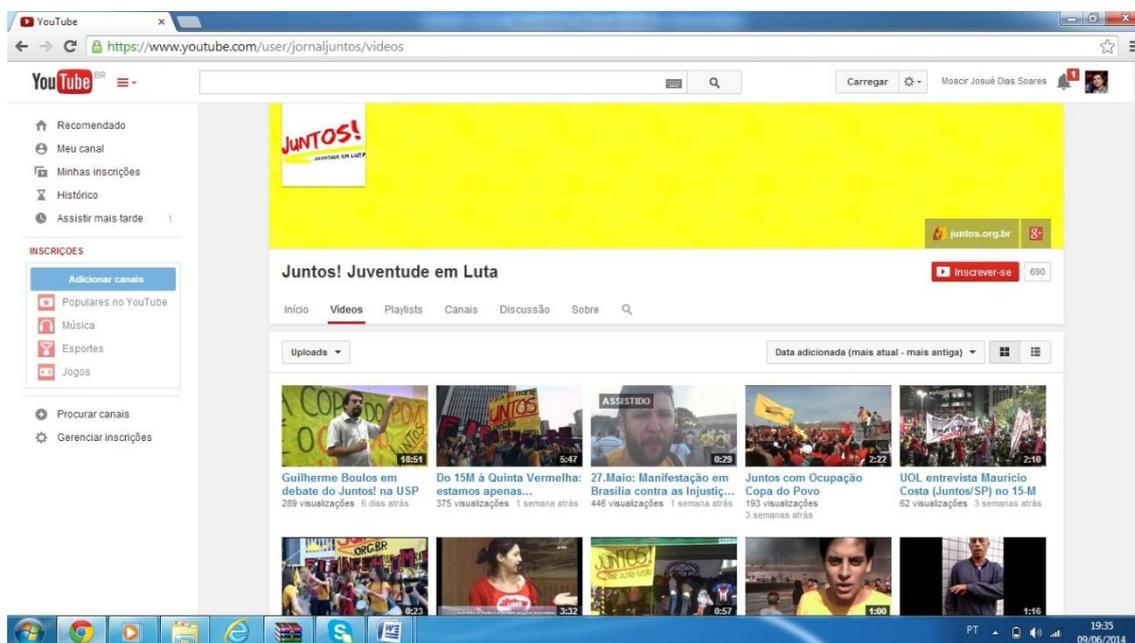
PT 16:41 13/05/2014

ANEXO C – Fanpage do Juntos! no facebook



ANEXO D – Página do Juntos! no twitter



ANEXO E – Página do *Juntos!* no YouTubeANEXO F – Página da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* no facebook

ANEXO G – Anúncio da II Acampada *Juntos!* Sul, 2014



ANEXO H – Participação da setorial *Juntos Pelo Direito de Amar* em reunião da Parada de Lutas de Porto Alegre 2014

